



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LETÍCIA SOLIERI MACKIEVICZ

O DIREITO DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL NOS PAÍSES DE LÍNGUA
LUSÓFONA

CURITIBA

2019

LETÍCIA SOLIERI MACKIEVICZ

O DIREITO DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL NOS PAÍSES DE LÍNGUA
LUSÓFONA

Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao curso de Gestão da Informação, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Gestão da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Antônio Tedeschi

CURITIBA

2019

TERMO DE APROVAÇÃO

LETÍCIA SOLIERI MACKIEVICZ

O DIREITO DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL NOS PAÍSES DE LÍNGUA LUSÓFONA

Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao curso de Gestão da Informação, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Gestão da Informação. pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Marcos Antônio Tedeschi
Orientador – Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal,
UFPR

Profa. Msc. Sandra de Fátima Santos
Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal, UFPR

Profa. Dra. Taiane Ritta Coelho
Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal, UFPR

Curitiba, 26 de junho de 2019.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, por ter me dado o dom da vida e muitas bênçãos que me proporcionaram ter chegado até aqui.

Eternos agradecimentos aos meus pais, Agostinho e Denise, por todo amor incondicional, suporte, dedicação e compreensão que tiveram comigo, contribuindo de modo direto para que o meu caminho fosse mais doce durante esses anos de faculdade. Gostaria também agradecer toda a minha família, especialmente aos meus avós, por todo o apoio e energias positivas neste processo trabalhoso de realização do TCC.

Obrigada de coração, ao Dr. Marcos Antônio Tedeschi, grande professor e orientador. Agradeço por sua confiança e incansável dedicação. Você nunca perdeu a fé na minha pesquisa e soube me amparar nos momentos mais difíceis. Manifesto aqui minha gratidão eterna por compartilhar sua sabedoria, o seu tempo e sua experiência, adoro conversar contigo e ouvir suas histórias.

Agradeço a todos os professores do curso de Gestão da Informação, que contribuíram para minha formação, um agradecimento especial à professora Msc. Sandra de Fátima Santos, que além de mestre, tornou-se uma grande amiga e conselheira ao longo desses 4 (quatro) anos.

Agradeço ao meu namorado Ian Bora, que jamais me negou apoio, carinho e incentivo. Obrigada, amor da minha vida, por aguentar tantas crises de estresse e ansiedade, e por me auxiliar com correções neste trabalho. Sem você do meu lado esse trabalho não seria possível.

Aos meus amigos, agradeço por todo carinho, força, incentivo e apoio incondicional.

Aos meus colegas de curso, pelos últimos 4 (quatro) anos de convivência e construção de conhecimento em conjunto.

RESUMO

Com o fortalecimento do capitalismo e das relações de trabalho, os direitos de propriedade industrial cada vez mais tem sido utilizados nas relações econômicas de exploração e lucratividade de invenções, modelos de utilidades e marcas. A presente pesquisa tem o enfoque inicial na descrição dos componentes da propriedade industrial e seu contexto histórico. Aborda a teoria da hierarquia normativa de Kelsen, exemplificando as classes normativas. O problema a ser resolvido neste trabalho é a análise e comparação das legislações dos países de língua lusófona à saber: República de Angola, República Federativa do Brasil, República de Cabo Verde, República de Guiné-Bissau, República Popular de Moçambique, República Portuguesa, República Democrática de São Tomé e Príncipe e República Democrática de Timor Leste. A metodologia utilizada é a exploratória, com natureza bibliográfica, utilizando a dedução para obter uma conclusão a respeito de determinadas premissas (lógico dedutiva), com processo de pesquisa de coleta de dados primários e secundários e abordagem de problema de espécie qualitativa com resultados aplicados, pesquisa bibliográfica e documental. Para resolver o problema foi realizada a análise normativa e comparação dentre as distinções presentes nas normas. A conclusão é de que há pouca divergência entre as legislações e que será necessário o aprofundamento do estudo para outros assuntos ou itens mais específicos.

Palavras-chaves: Propriedade Intelectual. Países de Língua Portuguesa. Direito comparado. Marcas. Patentes

ABSTRACT

With the strengthening of capitalism and labor relations, industrial property rights have increasingly been used in the economic relations of exploitation and profitability of inventions, utility models and brands. The present research has the initial focus on the description of industrial property components and their historical context. It addresses Kelsen's theory of normative hierarchy, exemplifying the normative classes. The problem to be solved in this work is the analysis and comparison of the laws of the Portuguese-speaking countries, namely: Republica de Angola, Federative Republic of Brazil, Republic of Cape Verde, Republic of Guinea Bissau, People's Republic of Mozambique, Democratic Republic of São Tomé and Príncipe and the Democratic Republic of East Timor. The methodology used is the exploratory one, with a bibliographic nature, using the deduction to obtain a conclusion about certain premises (logical deductive), with research process of primary and secondary data collection and approach of qualitative species problem with applied results, bibliographic and documentary research. To solve the problem, the normative analysis and comparison among the distinctions present in the standards were performed. The conclusion is that there is little divergence between legislation and that it will be necessary to deepen the study for other subjects or more specific items.

Keywords: Intellectual Property. Portuguese-speaking countries. Comparative law. Trademarks. Patents.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	- PROPRIEDADE INTELECTUAL SUBDIVISÕES.....	24
FIGURA 2	- DIVISÃO, GERAL, DA PROPRIEDADE INTELECTUAL.....	25
FIGURA 3	- SUBDIVISÃO E CARACTERÍSTICAS DAS MODALIDADES DE PATENTE.....	28
FIGURA 4	- OS OITO PAÍSES QUE CONSTITUEM A CPLP.....	29
FIGURA 5	- PIRÂMIDE HIERÁRQUICA DE NORMAS.....	33
FIGURA 6	- MAPA CONCEITUAL REFENTE AO PRAZO DE DURAÇÃO DAS MARCAS, PATENTES E MODELOS DE UTILIDADE.....	83

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	- LEIS BRASILEIRAS QUE AMPARAM ALGUNS BENS IMATERIAIS.....	23
QUADRO 2	- LISTA DE SITES QUE PODEM SER CONSULTADOS PARA ESCLARECIMENTOS.....	40
QUADRO 3	- DEFINIÇÃO DAS TRÊS CARACTERÍSTICAS PARA CARACTERIZAÇÃO DE UMA IDEIA PAPENTEAVEL.....	42
QUADRO 4	- VARIAÇÃO NA APRESENTAÇÃO DE MARCAS.....	44
QUADRO 5	- MARCAS E SUAS CATEGORIAS.....	45

LISTA DE TABELAS

TABELA 2	- SITES DE BUSCA DAS LEIS ANALISADAS.....	48
TABELA 2	- PRAZO DE DURAÇÃO DE PATENTE, MODELO DE UTILIDADE E MARCA.....	81
TABELA 3	- CONDENSAÇÃO GERAL DA ANÁLISE DAS LEIS.....	84

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

ABIC	- Associação Brasileira da Indústria do Café
ABPI	- Associação Brasileira de Propriedade Intelectual
ABM	- Associação Brasileira de Metalurgia, Materiais e Mineração
ABNT	- Associação Brasileira de Normas Técnicas
APPI	- Associação Paranaense de Propriedade Industrial
ARIPO	- Organização Africana da Propriedade Intelectual Regional
ASPI	- Associação Paulista da Propriedade Intelectual
BIRPI	- Escritório Unificado Internacional para Proteção da Propriedade Intelectual
CNPQ	- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPLP	- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CTIT	- Coordenadoria da Transferência de Inovação Tecnológica
CUP	- Convenção da União de Paris
CUB	- Convenção de Berna
CUP	- Convenção Da União De Paris Para Proteção Da Propriedade industrial
GATT	- Acordo Geral sobre Tarifas Alfandegárias e Comércio
INMETRO	- Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
INPI	- Instituto Nacional Da Propriedade Industrial
IPI	- Instituto da Propriedade Industrial
LPI	- Lei Da Propriedade Industrial - Lei 9.279, de 14 de maio de 1996
NITIS	- Núcleo de Inovações Tecnológicas
OMC	- Organização Mundial Do Comércio (Ver WTO)
OMPI	- Organização Mundial Da Propriedade Intelectual (Ver WIPO)
ONU	- Organização Das Nações Unidas – Em Inglês UM: United Nations
PCT	- Tratado de Cooperação em Patentes
PI	- Propriedade Industrial
PI	- Propriedade Intelectual
PIB	- Produto Interno Bruto

TRIPS	- Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados Ao Comércio - do inglês Trips Agreement: Trade Related Intellectual Property Rights
TRIPS-PLUS	- Assim denominados os Acordos Firmados Fora do Âmbito da OMPI e da OMC
UA	- União Africana
UFJF	- Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	- Universidade Federal de Minas Gerais
UFPR	- Universidade Federal do Paraná
UFU	- Universidade Federal de Uberlândia
UNECA	- Comissão Econômica das Nações Unidas
UTFPR	- Universidade Tecnológica Federal do Paraná
WIPO	- World Intellectual Property Organization (Ver OMPI)
WTO	- World Trade Organization (Ver OMC)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 JUSTIFICATIVA	155
1.2 PROBLEMA	166
1.3 OBJETIVOS	166
1.3.1 Objetivo geral	177
1.3.2 Objetivos específicos.....	177
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	188
2.1 CONCEITO HISTÓRICO.....	188
2.2 PROPRIEDADE INTELECTUAL	221
2.3 MARCAS	25
2.4 PATENTES	27
2.5 PAÍSES DE LINGUA LUSÓFONAS	28
2.6 HIERARQUIA DE NORMAS	32
2.7 DIFERENCIAÇÃO DAS NORMAS.....	34
2.7.1 Constituição.....	34
2.7.2 Estatutos/legislação.....	35
2.7.3 Regulamentos	36
2.7.4 Procedimentos e Códigos de conduta.....	37
2.8 TRATADOS E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS SOBRE O DIREITO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL	37
2.9 REGISTROS DE MARCAS E PATENTES	40
3 METODOLOGIA	47
4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	50
4.1 ANÁLISE DAS LEIS DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL LUSÓFONAS	50
4.1.1 Angola	50
4.1.2 Brasil	54
4.1.3 Cabo Verde	57
4.1.4 Guiné Bissau	63
4.1.5 Moçambique.....	66
4.1.6 Portugal	71
4.1.7 São Tomé e Príncipe.....	77
4.1.8 Timor-Leste	79
4.2 COMPARAÇÃO IGUALITÁRIA DAS LEGISLAÇÕES LUSÓFONAS	80

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
5.1 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS	87
REFERÊNCIAS.....	88
APÊNDICE A – MAPA CONCEITUAL DAS LEGISLAÇÕES ESPECÍFICAS DE CADA PAÍS.....	94

1 INTRODUÇÃO

Com o surgimento e avanço constante das novas tecnologias somado a globalização, as atividades econômicas entre os países têm se integrado e intensificado. Na maioria das vezes, essas ligações entre os países não apresentam fronteiras e especificações legais, devendo-se evidenciar a propriedade intelectual como um bem valioso que necessita ser protegido por seus legítimos responsáveis, conforme leitura em Pontes de Miranda (1974).

A proposta deste trabalho é orientar de forma simples as melhores práticas técnicas e legais para a organização e a geração do conhecimento no âmbito da propriedade industrial, envolvendo as marcas e patentes, com foco nos países de língua lusófona, além de explicar como se faz o pedido de uma patente e o registro de uma marca, segundo o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

O escopo deste trabalho é sistematizar, informações por meio de estudos sobre a legislação, jurisprudência, doutrina e tratados internacionais entre os países falantes da língua portuguesa, quanto à eficácia, reciprocidade e o equilíbrio entre os países na proteção à propriedade industrial, de acordo com Tedeschi (2013).

Apresentar considerações sobre a propriedade industrial, tema de vital importância para as unidades produtoras de inovações, objetos de utilidade e conhecimento, especificamente sobre as patentes, marcas, invenções e modelos de utilidade, conforme dispõe a Associação Paulista da Propriedade Intelectual (ASPI).

É muito comum que empreendedores confundam os conceitos de marca e patente. Afinal, ambas estão relacionadas à atividade empresarial, protegendo todo o seu conteúdo criativo, inovador, diferenciador que é englobado pela propriedade intelectual. E, além disso, são partes valiosas do patrimônio imaterial de uma empresa, segundo Catarino (2012).

Desta forma é indubitável, a proteção à propriedade intelectual no âmbito do Direito Internacional, integrando os ordenamentos jurídicos através de tratados internacionais, garantindo os direitos do detentor, mas sem ignorar os interesses em comum dos Estados, respeitando sempre os acordos e tratados internacionais.

1.1 JUSTIFICATIVA

A sociedade do conhecimento transformou a informação no centro do modelo de riqueza e, por isso, os aspectos legais relacionados à criação, uso, compartilhamento, publicação, reprodução, edição e distribuição, marcas e patentes são mais relevantes. Pois, não é porque um conteúdo, marca ou produto estão na internet que eles já caíram em domínio público, segundo Branco (2011).

O título desta obra nasceu antes de seu texto. Títulos são coisa importante em matéria de Propriedade Intelectual: Objetos de proteção específica no campo do Direito Autoral, merecem até mesmo tutela dupla e cumulativa através de marcas, temática que instiga a autora desta pesquisa, de acordo com Miranda (1974).

Em revisão bibliográfica encontra-se o ~~mestre~~ (*expert*) Pontes de Miranda, que não só tratou Direito Autoral com variedades de plantas e patentes numa só obra, segundo uma perspectiva racional e unificante, mas também colocou todo este capítulo da enciclopédia jurídica num monumental e insuperável Tratado de Direito Privado.

De acordo com a busca efetuada em seis bancos de dados: SciELO, Brapci, Scirus, Vadlo, WIPO Lex e Corporate Information, com os termos chaves ‘marcas e patentes’ e ‘países de língua lusófonas ou portuguesa’, forneceram retorno nulo, o que torna imperativo a realização da pesquisa proposta, sendo que o WIPO Lex é um banco de dados on-line específico de legislação nacional e tratados internacionais no campo da propriedade intelectual, e, por isto este ponto compõe a justificativa **empírica**.

Já em questões **econômicas e financeiras** a organização do conhecimento sobre a temática abordada com a aplicação de princípios de análise, condensação, indexação, metadados, ontologias e taxonomias na estruturação e representação de domínios, com vistas à formalização do conhecimento sobre marcas e patentes em países de língua lusófona pode gerar economia de tempo, eliminando o retrabalho, além de propiciar o ganho informacional nesta área do saber.

Quanto à justificativa **pessoal**, pode-se levar em consideração a minha proximidade com o estudo do Direito e a paixão pelo tema, pois são áreas que apresentam um forte interesse profissional de atuar futuramente.

Desta forma, notou-se a falta de trabalhos relacionados a temática de estudo em análise e a relevância em informar a sociedade sobre esse assunto importantíssimo, pouco abordado pela ciência, compondo a justificativa **teórica**.

Por fim, as contribuições deste trabalho estão na descrição do assunto a fim de propiciar o conhecimento da sociedade, dentre eles encaixa-se o passo a passo de como registrar uma marca/patente, além de identificar as convergências e divergências entre as legislações dos países lusófonos.

1.2 PROBLEMA

Durante a escolha do tema observou-se que o direito de propriedade intelectual é pouco abordado pelos acadêmicos em trabalhos de conclusão de curso, não obstante a semelhança das leis de propriedade intelectual entre os países que falam a mesma língua não foram encontrados resultados satisfatórios em nenhuma das pesquisas realizadas nas bases de pesquisa, como: SciELO, Brapci, Scirus, Vadlo, WIPO Lex e Corporate Information.

Assim sendo o problema consiste na inexistência de pesquisas e comparações sobre o tema principal do trabalho. Junto a este problema, tem-se uma forma de auxiliar as empresas no geral e as pessoas criativas, (a compreenderem o universo do direito de propriedade industrial, protegendo seus inventos da melhor forma possível), além de iniciar um banco de dados a respeito do assunto tratado em questão.

Quais as diferenças entre essas categorias de propriedade industrial, exclusivamente da espécie de marcas e patentes, entre os oito países (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste) de língua lusófona?

Estas são as indagações e problematizações que permearam a pesquisa proposta.

1.3 OBJETIVOS

A fim de responder o problema de pesquisa deste estudo, foram definidos os objetivos a serem alcançados com este projeto. Estes foram desmembrados em um objetivo geral e quatro objetivos específicos.

1.3.1 Objetivo geral

O objetivo geral deste estudo consiste em distinguir as principais categorias da propriedade industrial (exclusivamente de marcas e patentes) no ambiente dos países de língua lusófona.

1.3.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos definidos a fim de alcançar o objetivo geral deste projeto são:

1. Orientar as práticas legais e técnicas para a organização do conhecimento industrial sobre marcas e patentes nos países de língua lusófona;
2. Auxiliar empreendedores e inventores à obterem um registro de marca ou um pedido de patente;
3. Apresentar considerações conceituais sobre a propriedade industrial, tema de vital importância para as unidades produtoras de conhecimento;
4. Comparar as legislações dos oito países lusófonos;
5. Abordar os termos referente à hierarquia normativa, diferenciando as normas de acordo com seu grau de importância eletivo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta etapa será apresentada a teoria na qual se aplica neste trabalho, classificando-se em: conceito histórico, propriedade industrial e seu foco em marcas, e patentes, países de língua lusófona e suas descrições, hierarquia de normas e o que deve ser levado em consideração na obtenção de uma marca e patente.

2.1 CONCEITO HISTÓRICO

O conceito do direito de propriedade tem suas raízes mais antigas na transição do homem nômade e coletor para o homem assentado e agricultor, que retira da terra que habita os valores necessários para a sua subsistência, conforme Venosa (2001). O estabelecimento de comunidades humanas num determinado assentamento de terra fez surgir a propriedade comunitária, compartilhada por grupos humanos sedentários, bem como a figura do chefe de família - pater famílias, no Direito Romano, que detinha o poder consuetudinário de vida e morte para com seus bens, e que no período clássico foi estendido para filhos, mulheres e escravos. Sobre o assunto, Sílvio Venosa ensina que:

Antes da época romana, nas sociedades primitivas, somente existia propriedade para as coisas móveis, exclusivamente para objetos de uso pessoal, tais como peças de vestuário, utensílios de caça e pesca. O solo pertencia a toda a coletividade, todos os membros da tribo, da família, não havendo o sentido de senhoria, de poder de determinada pessoa. (VENOSA, 2001, p.39).

Com a expansão dos agrupamentos humanos e o consequente enfraquecimento da autoridade dos clãs familiares, os juristas romanos aperfeiçoaram o conceito de propriedade coletiva para a propriedade individual. O conceito romano acerca da propriedade individual, que concede ao indivíduo possuidor de determinado bem total ingerência para usufruir e dispor de suas posses, encontra ecos nas legislações modernas de todo o ocidente, segundo Cavedon (2003). Os instrumentos intelectuais confeccionados pelo direito romano permitiram às pessoas procederem de modo que o meu e o seu permanecessem delimitados com a clareza. Nesse sentido, afirma a Professora Fernanda de Salles Cavedon:

Que é essencial o estudo da configuração da propriedade nas regras de Direito Romano, que instituíram as principais categorias jurídicas e adquiriram caráter universal, influenciando grande parte dos sistemas jurídicos ocidentais, especialmente o Direito Privado. (CAVEDON, 2003, p.8).

Na Idade Média, o sistema feudal criou alterações importantes no conceito romano de propriedade, com o fito de legitimar a sobreposição de poder do senhor feudal para com os seus servos. Neste período da história, o viés exclusivista e individual do vassalo detentor de terras era limitado pela vontade do seu suserano. A distribuição das posses era feita de forma hierarquizada. Neste sentido, Cavedon afirmou também que:

Houve um verdadeiro desmembramento da propriedade na baixa idade média, mas, apesar da incidência de vários direitos reais sobre uma mesma parcela de terra, nenhuma correspondia à propriedade quiritária do Direito Romano. Com o renascimento do Direito Romano e o seu estudo pelos glosadores, os romanistas empenharam-se em construir um sistema que colocasse as tendências nos moldes do Direito Romano. Assim, “depois de várias tentativas, elaboraram, no séc. XIII, uma doutrina que admitiu a divisão do direito de propriedade (dominium), a doutrina do “domínio dividido”: o senhor feudal conservava o “dominium directum”, o “domínio eminente”; o tenente tinha o “dominium utilie”, o domínio útil. (CAVEDON, 2003, p.16).

Os ideais liberais que sopraram mais forte com o advento da revolução francesa, concederam ao indivíduo uma posição de destaque. Locke (2006), num primeiro momento, preconizou acerca de quais direitos fundamentais mereciam ser materializados. Neste cenário de profundas transformações, o direito de propriedade ganhou posição de destaque a partir da teoria contratualista, que é positivada como absoluta na Constituição norte-americana de 1787 e também na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, que em seus artigos 2 e 17 tornou expresso que:

Artigo 2. A finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão.
Artigo 17. Como a propriedade é um direito inviolável e sagrado, ninguém dela pode ser privado, a não ser quando a necessidade pública legalmente comprovada o exigir e sob condição de justa e prévia indenização. (UNITED STATES, 1787¹)

¹ CONSTITUIÇÃO NORTE AMERICANA, disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/direitos-humanos/declar_dir_homem_cidadao.pdf>

Esse caráter absoluto do direito de propriedade só vem a ser contestado após a Revolução Industrial, com o fortalecimento de movimentos sindicalistas e anarquistas, dando a este tema um tratamento constitucional diferenciado. O impulso dado pela Revolução Industrial, berço de uma explosão criativa de novas invenções, tornou-se explícita a necessidade da afirmação jurídica de uma nova natureza de bens de natureza imaterial, constituídos a partir da criação do intelecto humano.

De acordo com Cavedon, no ano de 1883, na cidade de Paris, muitos dos países que concediam aos criadores de inventos algum tipo de proteção às questões relacionadas à temática de propriedade intelectual — entre eles o Brasil — reuniram-se para firmar o primeiro instrumento internacional regulador da propriedade intelectual. O êxito da Convenção realizada reside na ampla liberdade legislativa para cada país, exigindo respeito ao princípio do tratamento nacional, garantindo tão somente reciprocidade entre inventores nacionais e estrangeiros.

O texto da Convenção de Paris passou por revisões, como a revisão de Estocolmo de 1967 e a Convenção de Berna para a Proteção das Obras Artísticas e Literárias de 1886. Esta última também teve revisões, como a de Paris de 1971. A UNESCO reforçou esta última convenção elaborando a Convenção Universal de Direitos do Autor. Seguiram-se importantes convenções que visavam proteger os direitos conexos do autor. No ano de 1961, a Convenção de Roma, voltou seus esforços para a proteção aos artistas intérpretes ou executantes, aos produtores de fonogramas e aos organismos de radiodifusão, no ano de 1961. Já a Convenção de Genebra (1971), teve como principal foco a proteção dos produtores de fonogramas contra a reprodução não autorizada de seus fonogramas, e ocorreu em 1971. Mais recentemente, foi elaborado o Tratado sobre a Propriedade Intelectual em Matéria de Circuitos Integrados na Convenção de Washington de 1989.

Segundo Basso e Leal, a propriedade intelectual possui conexão direta ao direito de propriedade, tal tratando-se de um direito fundamental e estabelecido em diversos textos constitucionais e tratados internacionais, sendo sua definição e aplicação alvos de muitos debates políticos e de muita repercussão no século XX. Possivelmente, nenhum outro direito fundamental sofreu tamanha contestação. A este direito foram levantadas afirmações que lhe atribuíam caracterização de roubo e injustiça, bem como houve proposta à sua abolição como está sendo a solução para

todos os males e alienação. Porém, mesmo frente a muitas objeções, nenhuma delas apresentou fundamentação forte o suficiente para prejudicar ou afastar sua condição de direito fundamental ao ser humano (BASSO, 2000; LEAL, 2012).

A preocupação com a construção de uma teoria jurídica protetora da pessoa foi tão grande, sendo vista por Pontes de Miranda (1974, p.2) como uma “nova manhã do direito”. Essa doutrina contemplou os principais direitos do ser humano, tais como o direito à vida, direito às partes destacadas do corpo e sobre o cadáver, à integridade física e psíquica, resguardo de segredo, identidade pessoal, direito à verdade, direito à igualdade formal e direito à igualdade material, e direito moral do autor (MIRANDA, 1974; MONTEIRO, 1994).

Foi através da Convenção da União de Paris (CUP), em 1883, que houve a primeira iniciativa de construção de um sistema internacional de propriedade intelectual. Estando envolvidos 11 países entre eles o Brasil. Vigente até hoje, tem por base os princípios da “Independência das Patentes”, do “Tratamento Igual para Nacionais e Estrangeiros” e dos “Direitos de Prioridade”. Sendo que a “independência de patentes” refere-se ao fato de que o título de patente concedido em um país tem validade apenas em âmbito nacional (CHAVES, 2007).

Para Mossoff, dadas como direito de propriedade teve-se em 1970 as patentes, trazendo em primeiro plano a questão de saber se a Lei de Patentes de 1952 codificava a concepção substantiva de propriedade expressamente refletida no estatuto de patentes e jurisprudência. A resposta foi positiva, uma vez que por resposta teve-se mais do que uma ratificação das leis estatutárias e judiciais de classificação de patentes como propriedade. Esta disposição também recodificou a linguagem estatutária anterior de que os patenteadores têm o direito de descarte de sua propriedade (via atribuição ou licença). Este fato é de grande importância, uma vez que o direito de disposição refletia uma das propriedades principais de direitos no século XIX, fazendo parte do programa integrado do pacote que se referia a posse, uso e direitos sobre bens imateriais que foram protegidos legalmente. Sendo, até os dias de hoje, sendo feitos valer os direitos de proteção de uma propriedade de direito frente aos tribunais (MOSSOFF, 2009).

2.2 PROPRIEDADE INTELECTUAL

Pode-se dizer segundo a Associação Paulista da Propriedade Intelectual (ASPI), que a propriedade intelectual é conceituada como uma área do Direito, que

por meio das leis, assegura aos inventores ou responsáveis por qualquer criação do intelecto, o direito de obter por um prazo determinado pela lei, uma remuneração justa pela própria produção, obtendo lucros e contribuindo com a mudança da sociedade.

Pimentel apud Pereira e Zanon (2011, p. 103), abordou em seu livro o conceito de propriedade intelectual caracterizado por Nuno Pires de Carvalho, como:

O conjunto de princípios e de regras que regulam a aquisição, o uso, o exercício e a perda de direitos e de interesses sobre ativos intangíveis, diferenciadores que são suscetíveis de utilização no comércio.

Ainda, segundo Pimentel (1999) apud Pereira e Zanon (2011, p. 103):

A propriedade intelectual, como observa Carvalho, não cobre todos os ativos intangíveis, mas somente aqueles que servem de elementos de diferenciação entre concorrentes. Por exemplo, os direitos de crédito e outras obrigações pessoais são ativos intangíveis, mas nem por isso pertencem à propriedade intelectual.

De acordo com Vieira e Buainain (2006), a propriedade intelectual é o que vincula o conhecimento e o mercado, pois concede a transformação de um bem quase público, em um bem privado pertencente a um sujeito de direito. Ou seja, a propriedade intelectual tende a privatizar o conhecimento.

A Convenção da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), define como “propriedade intelectual”, a reunião dos direitos que se referem às obras literárias, artísticas e científicas, às interpretações dos artistas intérpretes e às execuções dos artistas executantes, aos fonogramas e às emissões de radiodifusão, às invenções em todos os domínios da atividade humana, às descobertas científicas, aos desenhos e modelos industriais, às marcas industriais, comerciais e de serviço, bem como às firmas comerciais e denominações comerciais, à proteção contra a concorrência desleal e todos os outros direitos inerentes à atividade intelectual nos domínios industrial, científico, literário e artístico.

Segundo a definição da (OMPI), a Propriedade Intelectual está dividida em duas categorias: Propriedade Industrial, que engloba: patentes (invenções), marcas, desenho industrial, indicação geográfica e proteção de cultivares. E, por conseguinte os Direitos Autorais, que integram: trabalhos literários e artísticos, e cultura imaterial como romances, poemas, peças, filmes, música, desenhos, símbolos, imagens, esculturas, programas de computador, internet, entre outros.

A legislação voltada à Propriedade Intelectual originou-se no senado da República de Veneza, em 1474. Sendo promulgadas, nesse período, as primeiras leis de patentes e, essas leis de amparo exigiam como contrapartida dos fabricantes a divulgação de seus procedimentos de produção, os quais eram secretos (FRANÇA, 1997).

Segundo Branco (2011), são contemplados pela propriedade industrial e por outras legislações específicas, as patentes de invenção (PI) e de modelo de utilidade (MU), bem como marcas, registros de desenho industrial, topografia de circuitos integrados, indicações geográficas (GI), cultivares, *softwares* e direitos autorais. Assim, os bens imateriais são amparados por leis específicas, algumas das quais podem ser observadas no QUADRO 1.

QUADRO 3 – LEIS BRASILEIRAS QUE AMPARAM ALGUNS BENS IMATERIAIS.

Bens imateriais	Leis
Propriedade Industrial - Invenção; - Modelo de utilidade; - Desenho industrial; - Marca; - Indicações geográficas.	Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996
Cultivares	Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997
<i>Softwares</i>	Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998
Direitos autorais	Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998
Topografia de circuitos integrados	Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007

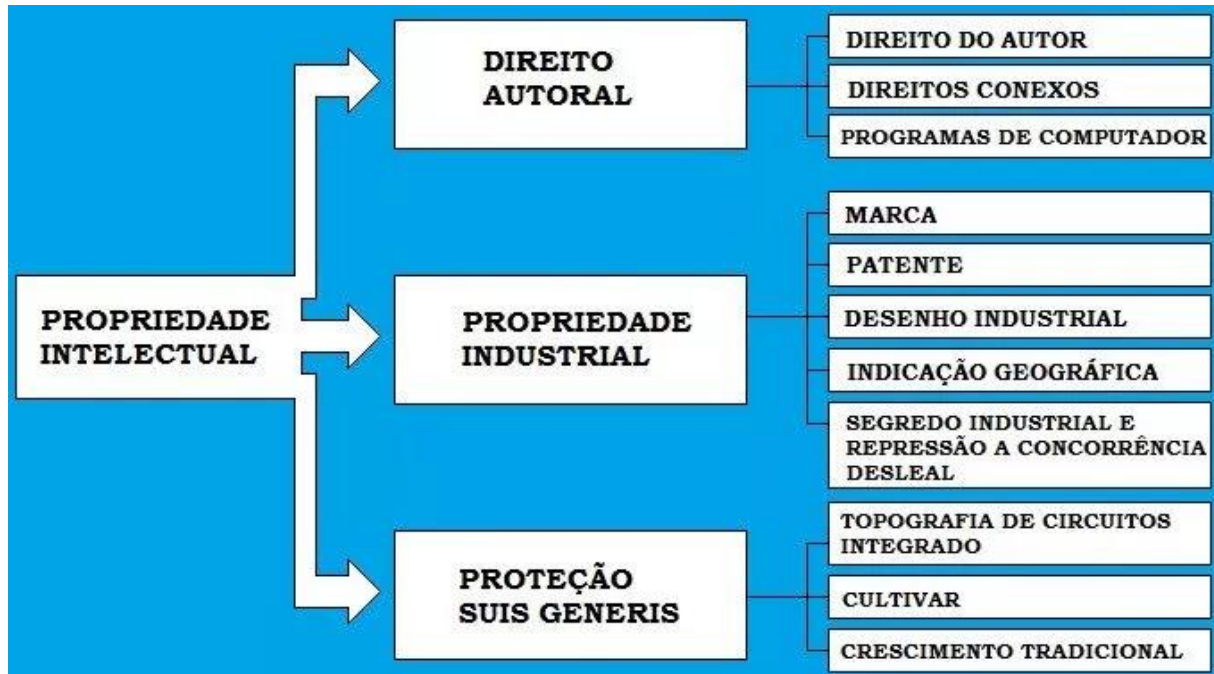
FONTE: Adaptado de Branco (2011, p. 17).

De acordo com a legislação, a PI pode ser dividida em direito autoral, propriedade industrial e proteção *sui generis*. Sendo o direito autoral referindo-se os direitos relacionados ao autor de uma obra, incluindo-se aqui os *softwares*. A propriedade industrial contempla patentes de invenção, modelos de utilidade e registros de desenhos industriais, marcas e indicações geográficas. Já a proteção *sui generis* engloba a topografia de circuito integrado, os cultivares, acesso ao patrimônio genético e conhecimentos tradicionais (PRONER, 2007; BRANCO, 2011).

Conforme verificado na (FIGURA 1) de Vanin (2016), a Propriedade Intelectual que é um ramo do Direito, subdivide-se em Propriedade Industrial, Direitos Autorais e

as Proteções Sui Generis. A categoria abordada no trabalho será a da Propriedade Industrial, e a espécie será apenas marcas e patentes.

FIGURA 1 – PROPRIEDADE INTELECTUAL SUBDIVISÕES



Fonte: Vanin (2016).

Voltada à industrialização brasileira, junto ao Ministério do Desenvolvimento e a Indústria e Comércio Exterior, tem-se o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), o qual tem desenvolvido trabalhos com objetivo de zelar pela propriedade industrial e intelectual. Ele responsabiliza-se por executar normas reguladoras, incluindo todos os procedimentos de pedido, concessões e negociação nesse sentido, tendo como principal meta a criação de um sistema de PI que estimule o processo criativo, e favoreça a competição e desenvolvimento tecnológico (BRANCO, 2011).

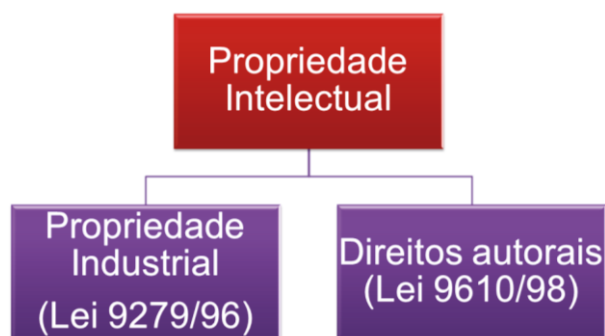
A Propriedade Intelectual (PI) pode ser definida como sendo a soma dos direitos de qualquer tipo de arte, como obras literárias, interpretações artísticas, música, comerciais, ou mesmo descobertas científicas, proteção contra concorrência desleal e todos os outros direitos inerentes à atividade intelectual nos domínios industrial, literário e científico. Ações no campo da Propriedade Intelectual são muito importantes para manutenção competitiva entre empresas, bem como para possibilitar o desenvolvimento de novas tecnologias e produtos (BARBOSA, 2002; ABIN, 2006).

A Convenção da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) definiu a Propriedade intelectual como, a soma dos direitos relativos às obras literárias, artísticas e científicas, às interpretações dos artistas intérpretes e às execuções dos artistas, aos fonogramas e às emissões de radiodifusão, às invenções em todos os domínios da atividade humana, às descobertas científicas, aos desenhos e modelos industriais, às marcas industriais, comerciais e de serviço, bem como às firmas comerciais e denominações comerciais, à proteção contra a concorrência desleal e todos os outros direitos inerentes à atividade intelectual nos domínios industrial, científico, literário e artístico (BARBOSA, 2003 p.1).

A propriedade intelectual tem se tornado assunto recorrente em pesquisas, principalmente no âmbito de patentes, transferência de tecnologia, invenções diversas, entre outros aspectos. O desenvolvimento econômico e social do mundo gira ao redor do poder criativo do ser humano (GARNICA et al., 2006).

A propriedade intelectual, de forma geral, se divide em dois campos (FIGURA 2), o primeiro é o direito de autor, sendo que a proteção ao autor é independente de formalidades de registro e taxas. E em segundo tem-se a propriedade industrial, que faz parte do direito comercial e essas, diferente do direito autoral, dependem de documentações, como concessão de um título pelo Estado, as chamadas patentes, sendo cobradas taxas, e a lei estabelece sanções para que não ocorram explorações sobre o produto (BOCCHINO et al., 2012).

FIGURA 2 – DIVISÃO, GERAL, DA PROPRIEDADE INTELECTUAL



FONTE: Adaptado de Bocchino et al. (2012).

2.3 MARCAS

Marca é uma das expressões mais comuns e familiares das categorias de propriedade industrial, pois é vista em todos os locais que os nossos olhos contatem

uma nova cor, palavra ou um sinal. Aliás, essa é justamente uma das características da marca, ser um sinal particular e distintivo por sublimidade.

Segundo Franklin Gomes (2017), basicamente, a marca serve para identificar e diferenciar produtos e serviços no mercado, permitindo que o consumidor crie um vínculo – até afetivo – com aquele sinal (marca) que identifica aquele produto (ou serviço) que lhe agrada. Muitas formas podem ser consideradas marcas, como expressões e imagens.

No Brasil, ao contrário do que ocorre em outros países do mundo, apenas as marcas notórias visualmente podem ser registradas, não compreendidas nas proibições legais. O que indica que, por mais que o autor tenha desenvolvido um sinal específico, como um som ou uma fragrância nova, não conseguirá protegê-lo através do registro da marca.

De acordo com o artigo 123, inciso I à III, da Lei de Propriedade Industrial (LPI), as marcas classificam-se em produto, serviço, certificação e coletiva:

- Marca de produto ou serviço: usada para distinguir diretamente produto ou serviço de outro idêntico, semelhante ou afim. Exemplos: PEPSI e Schin, Burger King e Bob's, Honda e Hyundai.
- Marca de serviço: usada para diferenciar um serviço de outros idênticos, semelhantes ou afins, de origem distinta. Exemplos: UNIMED – plano de saúde; TIM – telecomunicações; AZUL – transporte aéreo.
- Marca de certificação: usada para atestar (certificar) a conformidade de um produto ou serviço com determinadas normas ou especificações técnicas, notadamente quanto à qualidade, natureza, material utilizado e metodologia empregada. Exemplos: Associação Brasileira de Metalurgia, Materiais e Mineração (ABM), Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO).
- Marca coletiva: usada para identificar produtos ou serviços fornecidos por membros de uma determinada entidade. Exemplos: Associação dos Cafeicultores da Região de São José do Rio Preto, Associação de Vinicultores de Caxias do Sul.

Segundo Taddei (2010), as marcas de certificação e as coletivas são de identificação indireta. Elas possuem um regulamento de uso registrado no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) que estabelece as condições para o uso da marca coletiva ou de certificação. É desnecessária a licença para o uso dessas

categorias de marcas, bastando o atendimento aos pressupostos previstos no regulamento de uso, independentemente de qualquer registro no INPI.

2.4 PATENTES

O termo patente é utilizado para identificar um título de propriedade sobre uma invenção ou modelo de utilidade e, portanto, não tem nenhuma relação com marca. Portanto, conclui-se que a invenção é patenteada e a marca é registrada.

Barbosa (2014, p. 1099), adotou em seu livro o conceito de patente como:

Um direito conferido pelo Estado, que dá ao seu titular a exclusividade da exploração de uma tecnologia. Em contrapartida, a lei garante ao titular da patente um tempo que é limitado por ela, com o pressuposto de que a troca da exclusividade do fato torna-se mais produtiva, pela exclusividade temporária ofertada pelo direito.

A patente é o título conferido pelo Estado àquele que inventou um produto ou processo, que não está contido nas proibições da lei. Para que a invenção possa ser patenteada, além do processo burocrático e rígido, é necessário que reúna três requisitos fundamentais: novidade, atividade inventiva e aplicação industrial, segundo Branco (2011).

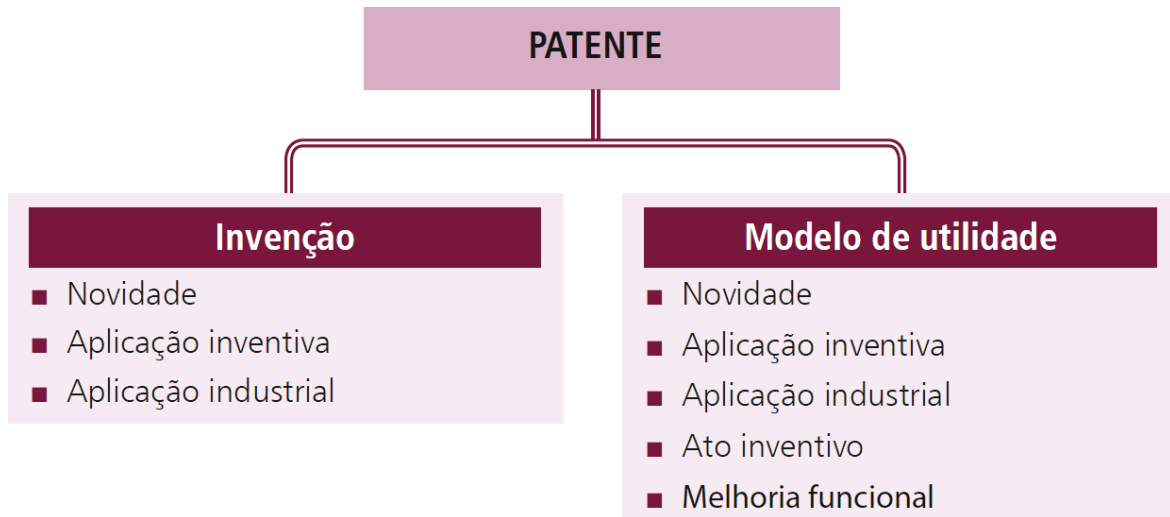
De acordo com o artigo 68 da Lei de Propriedade Industrial (LPI), o detentor de uma patente que não a explorar economicamente estará sujeito a seu licenciamento compulsório. Ou seja, é possível que ele seja obrigado a licenciar outros produtores a utilizar a patente para fins comerciais.

Portanto, de acordo com Barbosa (2014), a patente presume a extinção do segredo em torno do conhecimento formulado, fazendo com que o conhecimento gerado, seja compartilhado e acessado por todos os indivíduos. Como requisito para a concessão da patente, o Estado faz a exigência da descrição exata da tecnologia, de modo que qualquer pessoa com formação na área possa reproduzir tal invenção.

A patente pode ser, ainda, subdividida em duas categorias (FIGURA 3), sendo a primeira a categoria das invenções e a segunda a dos modelos de utilidade. Em resumo, segundo Branco (2011) a descoberta (modelo de utilidade) consiste na revelação de algo existente na natureza, ao passo que a invenção, normalmente, está atrelada à criação de um produto ou processo que antes não existia. O autor exemplifica estas duas características com o ferro de passar roupa, cuja invenção

possui o sistema de aquecimento, superfície antiaderente e sistema sem fio. Já a porção que cabe ao modelo de utilidade seria a melhoria na ergonomia do cabo, dispositivos de apoio e protetor de botões.

FIGURA 3 – SUBDIVISÃO E CARACTERÍSTICAS DAS MODALIDADES DE PATENTE



FONTE: Branco (2011, p.39).

2.5 PAÍSES DE LINGUA LUSÓFONA

“LUSOFONIA” etimologicamente, de acordo com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), refere-se à aquele que tem a capacidade de falar a língua dos lusos ou lusíadas ou portugueses. A palavra lusofonia designa também uma comunidade linguística ou uma comunidade de todos os indivíduos que têm em comum a língua portuguesa e que, por isso, partilham aspetos culturais comuns.

Diante disso tem-se a definição de Vanspauwen (2011, p. 69):

Lusofonia é um conceito relativamente recente, que tem sido cada vez mais difundido desde a década de 1990. Baseia-se numa definição linguística, mas também designa um espaço político, económico e cultural. Se bem que as suas raízes históricas podem ser encontradas no colonialismo português, o significado contemporâneo do conceito advém também das negociações em torno do Acordo Ortográfico, adquirindo um novo significado com a migração crescente a partir das ex-colónias portuguesas, principalmente de África para Lisboa, desde 1974. A criação da CPLP (1996), a realização de eventos internacionais tais como a Expo '98, a atividade da indústria transnacional da música, bem como o advento da Internet (tanta informação como redes sociais), foram fatores que contribuíram também para ampliar a percepção de lusofonia muito além de um âmbito estritamente linguístico.

A CPLP reúne mais de 223 milhões regiões geográficas e comunidades falantes de língua portuguesa em oito países. Entre uma das características distintas da CPLP está a de que seus estados membros estão ligados por uma língua e elementos culturais em comum, este fato cria afinidades entre esses países e os torna mais próximos apesar das distâncias geográficas. Foi em 2005, na Luanda (Angola), em reunião da CPLP que se escolheu o dia 5 de maio como a data comemorativa para o Dia da Cultura Lusófona. Em Lisboa, desde 2008, a Semana Cultural da CPLP também tem sido realizada nesta data (VANSPAUWEN, 2011).

Em relação a legislação sobre o direito de propriedade intelectual nos países de língua portuguesa, sobre os oito países (FIGURA 4) que se reúnem para composição da CPLP tem-se a análise que se segue:

FIGURA 4 – OS OITO PAÍSES QUE CONSTITUEM A CPLP.



FONTE: GÓES (2011, P. 171).

Geográfica e sociopoliticamente a palavra Lusofonia designa o conjunto dos oito países que têm a língua portuguesa como língua oficial e que integram a CPLP.

O objeto da presente pesquisa é referente a legislação sobre o direito de propriedade intelectual nos países de língua portuguesa. Os oito países analisados estão listados abaixo:

1) República de Angola: têm consagração Constitucional na parte respeitante aos direitos e deveres fundamentais (artigos 42.º e 43.º) e na Lei n.º 3/92

de 28 de Fevereiro 1992 sobre a Propriedade Industrial. A Angola é um país da costa ocidental de África, independente desde 1975 e com aproximadamente 26,8 milhões de habitantes (estimativa: 2017). PIB (Produto Interno Bruto): US\$ 95,34 bilhões (referência: ano de 2016) PIB per capita: US\$ 6.800 (referência: ano de 2016) Força de trabalho: 12,2 milhões de trabalhadores (referência: ano de 2017).

2) República Federativa do Brasil: com a lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. O Brasil é o maior país da América do Sul, independente desde 1822, com 208,5 milhões de habitantes (estimativa para julho de 2018 - fonte: IBGE). PIB de 2017 (Produto Interno Bruto): R\$ 6,559 trilhões ou US\$ 2,02 trilhões - taxa de câmbio usada US\$ 1,00 = R\$ 3,26 (em 01/03/2018). Força de trabalho: 104,2 milhões de trabalhadores (de abril de 2018 a junho de 2018).

3) República de Cabo Verde: com o Decreto-Legislativo nº 4/2007, de 20 de Agosto de 2007. Cabo Verde é um país insular africano, situado em um arquipélago no atlântico de origem vulcânica, constituído por dez ilhas. Independente desde 1975, com aproximadamente 530,1 mil habitantes (estimativa 2018). PIB (Produto Interno Bruto): US\$ 3,6 bilhões (estimativa 2016). PIB per Capita: US\$ 6.870 (estimativa 2016). Força de trabalho: 205 mil trabalhadores (estimativa 2018).

4) República da Guiné-Bissau: com o Código da Propriedade Industrial (aprovado pelo Decreto-Lei nº 6/96 de 3 de Março de 1997). A Guiné Bissau é um país da costa ocidental da África, independente desde 1973, com aproximadamente 1,86 milhão de habitantes. (Estimativa de 2018). PIB (Produto Interno Bruto): US\$ 2,8 bilhões (estimativa 2016). PIB per capita: US\$ 1.561 (estimativa 2016). Força de trabalho: 770 mil trabalhadores (estimativa 2018).

5) República Popular de Moçambique: com o Decreto nº 47/2015 de 31 de dezembro de 2015. Moçambique é um país localizado na costa oriental da África Austral, independente desde 1975, com aproximadamente 25,2 milhões de habitantes (estimativa 2016). PIB (Produto Interno Bruto): US\$ 37,1 bilhões (estimativa 2016). PIB per capita: US\$ 1.340 (estimativa 2016). Força de trabalho: 10,9 milhões de trabalhadores (estimativa 2016)

6) República Portuguesa: com o Decreto Lei nº 110/2018 de 10 de dezembro de 2018. Portugal é um país soberano unitário localizado no Sudoeste da Europa, com independência desde 1.143 e com aproximadamente 11,02 milhões de habitantes (estimativa 2018). PIB (nominal): US\$ 211,7 bilhões (referência: ano de 2017).

7) República Democrática de São Tomé e Príncipe: com o Decreto n.º 6/2004, de 30 de junho de 2004 sobre a Propriedade Industrial. São Tomé e Príncipe é um estado insular africano localizado no Golfo da Guiné, independente desde 1975 com aproximadamente 197,9 mil habitantes (estimativa 2018), adota um direito inspirado ao de Portugal. PIB (Produto Interno Bruto): US\$ 707 milhões (estimativa 2016). PIB per capita: US\$ 1.715 (estimativa 2016). Força de trabalho: 70 mil trabalhadores (estimativa 2018).

8) República Democrática de Timor-Leste: Não apresenta uma legislação específica sobre a Propriedade Industrial. É considerado um dos países mais jovens do mundo, e ocupa a parte oriental da ilha de Timor no Sudeste Asiático, com independência desde 1975, mas com invasão da Indonésia até 1999, tendo sua efetiva sua independência em 20/05/2002, gerando sua Constituição em agosto de 2003.

De acordo com a análise de Tedeschi (2013), dos oito países do mundo que utilizam a língua portuguesa como oficial, sete obtiveram sua independência antes do ano de 1973. Outra informação para ser levada em consideração é que 6 (seis) dos países citados acima, participam da Organização Mundial do Comércio. Por participarem dessa Organização os territórios ficam simultaneamente vinculados ao Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados com o Comércio, que impõe a harmonização da legislação, ou seja, todos devem seguir os mesmos parâmetros em sua formulação legal.

Dentro da lusofonia também há a Organização Regional Africana para Propriedade Intelectual (ARIPO) que é uma organização intergovernamental, que foi estabelecida em 9 de dezembro de 1976 sob o Acordo de Lusaka assinado em Lusaka, Zâmbia. Seu mandato é desenvolver, harmonizar e promover a propriedade intelectual nos Estados-Membros da Organização e na África (KAMERI-MBOTE, 2005).

A afiliação à Organização está aberta a todos os Estados membros da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (UNECA) ou a União Africana (UA). Atualmente existem dezenove Estados-Membros, nomeadamente; Botsuana, Gâmbia, Gana, Quênia, Lesoto, Libéria, Malawi, Moçambique, Namíbia, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Serra Leoa, Somália, Sudão, Suazilândia, República Unida da Tanzânia, Uganda, Zâmbia e Zimbábue (KAMERI-MBOTE, 2005).

Atividades substantivas da Organização são implementadas através de quatro protocolos, cada um com foco em um campo específico de propriedade intelectual (KAMERI-MBOTE, 2005):

- 1) Harare, Protocolo sobre Patentes e Desenhos Industriais;
- 2) Protocolo de Banjul sobre as Marcas;
- 3) O Swakopmund, protocolo sobre a Proteção do Conhecimento Tradicional e expressões do folclore, e;
- 4) Protocolo de Arusha para a proteção de novas variedades de plantas.

2.6 HIERARQUIA DE NORMAS

Tendo-se a “teoria pura da Lei”, de Hans Kelsen, no centro de suas obras está a ideia de que o Direito é um sistema normativo e que qualquer teoria sobre a natureza da lei deve se concentrar em sua normatividade (KELSEN, 1984; BRIX, 2018).

Posto que, de acordo com minha teoria, a norma fundamental se refere unicamente a um ordenamento coercitivo geralmente eficaz e posto que a norma fundamental é adaptada a este ordenamento coercitivo e não o ordenamento coercitivo à norma fundamental, é nesse sentido que, na norma fundamental, a efetiva criação das normas mediante atos reais de vontade e a eficácia destas normas se convertem na condição da validade objetiva do ordenamento coercitivo. Portanto, a norma fundamental não ‘garante’ a eficácia do ordenamento jurídico. Não influi para que este resulte eficaz [...] O ordenamento coercitivo normativo a que se refere a norma fundamental e do qual ela depende não é idêntico a estes fatos. A eficácia de um ordenamento normativo é uma condição de validade, não sua validade (KELSEN, 1995, p. 67-68).

Kelsen define que o direito é essencialmente composto de normas, e que este requer uma abordagem distintamente diferente das abordagens empíricas descritivas. O objetivo da teoria de Kelsen é o conhecimento daquilo que é essencial ao Direito, desta forma, a teoria não se refere ao mutável e acidental, como os ideais de justiça. Kelsen acreditava que a lei é uma ciência que não lida com os eventos reais do mundo “o que é”, mas com as normas “o que deveria ser”. A relação legal contém a ameaça de uma sanção de uma autoridade em resposta a um determinado ato (BRIX, 2018).

A norma jurídica é uma relação de condição e consequência, desta forma, quando certo ato é feito, certa consequência deve se seguir. Nesta teoria, um sistema legal é feito de uma hierarquia de normas. Cada norma é derivada de sua norma superior. A norma última da qual toda norma legal deduz sua validade é o *Grundnorm*, a norma básica mais alta. O *Grundnorm* não é deduzido de qualquer outra coisa, mas

é assumido como uma hipótese inicial. Uma norma é uma norma legal válida apenas porque foi criada de acordo com uma regra definida (KELSEN, 1984).

Segundo o seu ponto de vista (de Kelsen), a validade de uma norma jurídica se estabelece a partir de uma referência à norma de nível superior adequada, cuja própria validade se estabelece, sucessivamente, com relação à correspondente norma de nível superior a ela e assim sucessivamente, até que se alcance a norma de nível mais alto no sistema jurídico, o nível da constituição. Mais além do nível constitucional, não é possível haver mais referências. Todavia, uma referência a um nível mais alto de normas de Direito positivo se exclui *ex hypothesi*. E uma referência a algum tipo de fato está impedida pela forte e firme distinção entre ser e dever ser, como reflexo do dualismo metodológico. Uma terceira via de referência, a da moral, está também excluída pela tese da separação. Como se estabelece, então, a validade das normas no nível constitucional? À falta de qualquer outra referência, se assume a sua validade. E a assunção toma a forma da norma fundamental (PAULSON, 1991, p. 176-177).

Segundo Clegg et al (2016), o respeito pela hierarquia das leis é fundamental para o Estado de Direito, uma vez que ele determina a forma como os diferentes níveis de lei serão aplicados na prática. Em geral, os níveis fundamentais da hierarquia consistem em constituição ou documento fundados nos estatutos ou legislação, regulamentos e procedimentos. Este documento também refere-se a tratados, obrigações internacionais e decretos presidenciais. Desta forma, cada um destes elementos encaixa-se ou integra-se com a hierarquia das leis de formas variadas, dependendo do sistema de governo de um determinado país (FIGURA 5).

FIGURA 5 – PIRÂMIDE HIERÁRQUICA DE NORMAS.



FONTE: ADAPTADO DE CLEGG ET AL (2016, P. 02).

O ordenamento, de maneira científica, não pode ser estudado, uma vez que este não consiste em simples justaposição de normas, devendo ser vislumbrado como um todo unitário e sistemático. No topo do ordenamento se encontra a Constituição, sendo esta a norma superior a todas as demais normas postas, e a medida que vai progressivamente descendo das normas gerais para as normas individuais, chega-se às normativas mais inferiores, alcançando-se então as normas individuais (Kelsen, 1984).

Todas e quaisquer normas contidas no esquema piramidal – à exceção da norma fundamental e dos atos materiais de execução – são, ao mesmo tempo, atos de aplicação das normas mais gerais e superiores e atos de produção das normas mais individuais e inferiores. Do ponto de vista da teoria pura, os atos de aplicação constituem um dever jurídico imposto aos destinatários primários e secundários e os atos de produção constituem atos de poder, originados do exercício de uma autorização dada pela própria ordem jurídica (KELSEN, 1984, p. 325).

2.7 DIFERENCIAÇÃO DAS NORMAS

Abaixo consta a explicação dos temas e subdivisões da pirâmide observada na leitura de Kelsen (1984) e Clegg *et al.* (2016), contendo a divisão do ordenamento jurídico por ordem, começando pela Constituição e encerrando a descrição em Procedimentos e códigos de conduta.

2.7.1 Constituição

Após declaração da “Independência do Brasil”, foi outorgada a primeira Constituição Brasileira, e assim as Constituições foram se desenvolvendo de forma sucessiva. Houve a Constituição de 1891, após a Proclamação da República, as de 1934 e 1937 durante o Governo Getúlio Vargas, a de 1946 por Assembleia Constituinte, a do período de exceção em 1969 e, finalmente, a de outubro de 1988, também por Assembleia Constituinte (VILLA, 2011).

A Constituição é a fonte normativa que estabelece as características inatas do país e sua soberania. Ela também descreve direitos e responsabilidades de seus cidadãos. Como tal, é a lei suprema. Também estabelece a estrutura de governança de um país e todas as leis devem aderir à constituição bem como a constituição deve refletir e aderir às obrigações internacionais de um país (CLEGG *et al.*, 2016).

A Constituição possui força jurídica própria, ordenando e motivando a vida do Estado e da sociedade. Isso ocorre em detrimento de esta normativa reproduzir o estágio de luta existente entre os múltiplos atores políticos, econômicos e culturais de certa sociedade, sendo capaz de refletir uma decisão e de indicar valores. O estado é estruturado e tem suas características atribuídas a partir de uma análise realizada pela própria Constituição, a qual considera entre muitos aspectos, os fatores de desenvolvimento histórico. Essa normativa também cria órgãos estaduais, oferece orientações normativas, estabelece competências e procedimentos, e estabelece condutas que visam a superação de possíveis conflitos sociais, garantindo uma convivência em comunidade em um sistema formado por federações (CAMARGO, 2015).

Formação da “unidade política” não significa a produção de um harmônico estado de coincidência geral e em nenhuma hipótese a eliminação das diferenças sociais, políticas ou de tipo institucional e organizativo, através da nivelção total. Essa unidade é inimaginável sem a presença e a relevância dos conflitos na convivência humana. Os conflitos evitam a rigidez, o estancamento em formas superadas; são – embora sem exclusividade – a força motriz sem a qual não haveria mudança histórica. A ausência ou a repressão dos conflitos pode conduzir ao imobilismo, que supõe a estabilização do existente assim como a incapacidade para se adaptar a novas circunstâncias e a produzir formas novas: chega, então, um dia em que a ruptura com o que existe se torna inevitável, e o choque ainda mais profundo. Assim, não é importante apenas que haja conflitos mas também que estes surjam regulados e resolvidos. Não é o conflito enquanto tal que contém a forma nova, mas o resultado a que ele conduz. Em si mesmo, o conflito não permite o viver e o conviver humanos. Por isso, o problema não está tanto em abrir espaço para o conflito e os seus efeitos, quanto em garantir – não, em termos definitivos, por conta do tipo de regulação dos conflitos – a formação e a preservação da unidade política, sem ignorar ou reprimir o conflito em nome da unidade política e sem sacrificar a unidade política em nome do conflito (HESSE, 2009, p. 79).

Sendo função do Supremo Tribunal Federal (STF), como Tribunal Constitucional, cuidar para que a Constituição de 1988 tenha seu papel efetivado, uma vez que as determinações constitucionais, em detrimento de uma maioria que busca por benefícios próprios e não da comunidade, encontram-se muitas vezes em perigo e enfrenta atitudes que buscam burlar suas determinações (PELICIOLO, 2007).

2.7.2 Estatutos/Legislação

Os estatutos ou legislações são promulgados pelo ramo legislativo do governo e regem uma ampla gama de questões que exigem regulamentação em um Estado

moderno e democrático, devendo aderir à constituição e ao direito internacional (CLEGG et al., 2016).

As Leis Complementares, ou estatutos, tratam de assuntos mais específicos e que devem estar descritos na Constituição, sendo necessário, para validação de um estatuto, que este seja avaliado e aprovado pela Câmara e Senado Federal. Outro dispositivo legal, com as características definidas no artigo 62 da Constituição Federal é a Medida Provisória, que pode ser editada em casos urgentes e relevantes, pelo Presidente da República. Não podendo ser alterados, por meio de medidas provisórias, os temas reservados a Lei Complementar (FUHRER, 2004; BRASIL, 2004; FUHRER, 2006; NASCIMENTO, 1988).

Já as Leis Ordinárias Federais são aprovadas em votação por maioria simples parlamentar, sendo, principalmente, através das Leis Ordinárias, instituídos Códigos e Estatutos, os quais são normativos que tratam de temas específicos. Como exemplo de códigos e estatutos tem-se: Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso, Código de Defesa do Consumidor, Código Nacional de Trânsito, entre outros. Instruções Normativas, Portarias e Regimentos, também são normativos, são mais detalhistas e também devem obedecer ao contexto Constitucional (FUHRER, 2004; BRASIL, 2004; FUHRER, 2006; NASCIMENTO, 1988).

Tem-se também, dentre as leis brasileiras, os Decretos utilizados pelo poder Executivo para regulamentar as leis conforme especificações. Os Decretos do poder Legislativo, cabendo assuntos da competência do poder Legislativo. E as Resoluções, de comandos legais de órgãos colegiados, para regulamentação prática de assuntos tratados em Leis Superiores (FUHRER, 2004; BRASIL, 2004; FUHRER, 2006; NASCIMENTO, 1988).

Em relação aos tratados, segundo Aquino (2010), até o século XIX, estes possuíam pouca força jurídica em âmbito internacional. Sendo, conforme o desenvolvimento social, elevada sua importância por meio de criação de normas de direitos internacionais. Havendo, na atualidade grande importância nos tratados internacionais, surgindo as organizações internacionais e a codificação do direito dos tratados, transformando regras e costumeiras em regras convencionais escritas, expressas elas mesmas no texto de um tratado, bilateral ou multilateral, compondo leis internacionais.

2.7.3 Regulamentos

Os Regulamentos são uma forma de legislação delegada, desenvolvida e promulgada por ministros, chefes de departamento ou por um órgão ou comissão independente, para administrar suas responsabilidades. Também deve respeitar à Constituição, lei internacional e estatuto governamental, e podendo ser aplicada da mesma forma que a lei estatutária (CLEGG et al., 2016; FRANCISCO, 2008).

2.7.4 Procedimentos e códigos de conduta

Procedimentos e códigos de conduta são uma descrição das etapas necessárias para concluir um processo. São geralmente escritos por um órgão administrativo, assegurando que leis e regulamentos sejam aplicados de forma consistente. Os códigos de conduta nada mais são que um conjunto escrito de regras, princípios ou padrões para governar o comportamento de certos grupos. É o caso do código do consumidor, por exemplo, que trata dos direitos e deveres do consumidor. Desta forma, a partir dos códigos tem-se a devida conduta e procedimentos que cabem a cada grupo (CLEGG et al., 2016).

2.8 TRATADOS E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS SOBRE O DIREITO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

A Propriedade Intelectual (PI) é oriunda exclusivamente de leis. Sendo aquilo que não tem proteção específica de domínio comum da humanidade. Em 1967, consolidou-se a Organização Mundial de Propriedade intelectual (OMPI), contemplando as Uniões de Paris e Berna, e articulando uma série de outros tratados (BARBOSA, 2003).

Dentre os tratados e convenções internacionais sobre o direito da propriedade intelectual tem-se a Convenção da União de Paris de 1883 (CUP), a Convenção de Berna de 1886 (CUB), o acordo TRIPS (*Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights*), o Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT) de 1970 (*Patente Cooperation Treaty*), Convenção Mundial da Propriedade Industrial, Tratado de Cooperação da Matéria de Patentes e Organização Mundial do Comércio (NASIHGIL, BARBOSA, 2003; BRANCO, 2011).

A **Convenção da União de Paris (CUP)** trata da Propriedade Industrial, já foi revisada sete vezes, sendo que cada revisão buscou seu aperfeiçoamento nos mecanismos de internacionalização da propriedade da tecnologia e dos mercados de produtos, à proporção em que estes, por meio de intercâmbios entre as nações, foram surgindo. Exige que o tratamento dado ao nacional beneficie também o estrangeiro, bem como, quanto às patentes, prescreve a independência de cada privilégio, concedidos pelo mesmo invento em outros lugares. Confere certa flexibilidade às legislações de cada país em relação à Propriedade Intelectual. A partir da CUP, instaurou-se o território da União, o qual é formado pelos países signatários, visando à aplicação dos princípios gerais de proteção aos direitos de propriedade industrial (BARBOSA, 2003; BRANCO, 2011).

A **convenção de Berna (CUB)**, sobre direitos autorais, tem por objetivo proteção de obras literárias e artísticas, incluindo-se obras científicas. A Convenção enfatiza que haverá proteção não só para as obras originárias, mas como também para as derivadas, sendo o caso de traduções, entre outros, realizadas sob autorização (BARBOSA, 2003).

Segundo Chaves et al. (2007), em 1893 houve uma fusão entre a CUP e a CUB, dando origem ao Escritório Unificado Internacional para a Proteção da Propriedade Intelectual (BIRPI), e em 1970, o BIRPI deu origem à Organização **Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI)**. A OMPI é uma agência da Organização das Nações Unidas (ONU), sendo responsável pela administração de diversos acordos internacionais relacionados à propriedade intelectual, que, embora tenha perdido espaço, após a criação de Organização Mundial do Comércio (OMC), tem por função trabalhar com aspectos práticos da expansão do sistema internacional de propriedade intelectual, sendo forte contribuinte ao fortalecimento do acordo TRIPS criado pela OMC.

A **Organização Mundial do Comércio** é o produto do Acordo Geral sobre Tarifas Alfandegárias e Comércio (GATT), tendo este último, como principais objetivos, liberar o comércio internacional e incluir a Propriedade Intelectual, de forma a ampliar a proteção comercial, evitando práticas desleais. Na atualidade, a OMC é um órgão que visa à construir, defender e proporcionar a manutenção do sistema mundial do comércio, tendo como um de seus anexos o acordo TRIPS.

O acordo **TRIPS**, segundo Barbosa (2003), estabelece padrões mínimos de proteção, em relação a direito autoral, marcas, indicações geográficas, desenhos

industriais, patentes, entre outros. Este acordo incorpora os principais dispositivos da Convenção de Paris e de Berna, associando assim, os direitos de propriedade industrial e autorais para compor seus padrões mínimo de proteção.

De acordo com o artigo 39 do Acordo TRIPs:

As pessoas físicas e jurídicas terão a possibilidade de evitar que informação legalmente sob seu controle seja divulgada, adquirida ou usada por terceiros, sem seu consentimento, de maneira contrária a práticas comerciais honestas, desde que tal informação: a) seja secreta, no sentido de que não seja conhecida em geral nem facilmente acessível a pessoas de círculos que normalmente lidam com o tipo de informação em questão, seja como um todo, seja na configuração e montagem específicas de seus componentes; b) tenha valor comercial por ser secreta; e c) tenha sido objeto de precauções razoáveis, nas circunstâncias, pela pessoa legalmente em controle da informação, para mantê-la secreta.

Trata-se de um acordo complexo, pois implica mudanças no papel dos institutos da Propriedade Intelectual. E dentro da propriedade intelectual o acordo TRIPS objetivou suprir as deficiências dos modelos de proteção à propriedade intelectual antes existentes e, também, servir como aporte às novas demandas de comércio desses direitos (BRANCO, 2011; SOBRINHO; OLIVEIRA, 2014).

Segundo Basso (2002, p. 125):

O Trips representa, portanto, um documento fundamental na consolidação da proteção dos direitos de propriedade intelectual na sociedade internacional contemporânea, e a vinculação definitiva desses direitos ao comércio internacional. Com ele, as partes ganharam e perderam e os interesses contrapostos acabaram chegando ao consenso. Certamente, o texto ficou aquém das expectativas dos países desenvolvidos, que buscavam no GATT patamares superiores de proteção dos direitos de propriedade intelectual. Por outro lado, os países em desenvolvimento, que buscavam assegurar a difusão de tecnologia, destacando as assimetrias Norte Sul, se comprometeram a implementar medidas eficazes e apropriadas para a aplicação de normas de proteção destes direitos relacionados ao comércio, na perspectiva da cooperação internacional.

Isso significa que o acordo TRIPS, apesar da assecuração dos direitos intelectuais, traz consigo uma forma clássica de poderes entre as nações, ou seja, Estados desenvolvidos em posição central e Estados em desenvolvimento em situação de dependência daqueles (SOBRINHO; OLIVEIRA, 2014).

Já o **Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT)** veio como um novo modelo ao Sistema Internacional de Patentes. De forma geral, o PCT, é responsável por determinados procedimentos relacionados à concessão de patentes.

Sendo este tratado quem realiza a unificação, depósito e publicação, evitando assim possíveis repetições de cada etapa pelos países membros. Firmou-se em Washington em 1970 e tem por finalidade desenvolver um sistema de patentes e de transferência de tecnologia, considerando formas de cooperação entre as nações desenvolvidas bem como as em desenvolvimento (BARBOSA, 1989; BRANCO, 2011).

2.9 REGISTROS DE MARCAS E PATENTES

Primeiramente deve-se realizar um estudo, buscando o maior número de informações e esclarecimentos sobre todos os aspectos que abrangem a Propriedade Intelectual. Essas informações podem ser obtidas através de sites informativos, ou núcleos de (QUADRO 2).

QUADRO 2- LISTA DE SITES QUE PODEM SER CONSULTADOS PARA ESCLARECIMENTOS.

- | |
|---|
| <ol style="list-style-type: none"> 1- Agência de Inovação da Universidade Estadual de Campinas (Inova Unicamp):
www.inova.unicamp.br/p%C3%A1ginas/visualiza_conteudo.php?conteudo=6 2- Agência de Inovação da Universidade Federal do Paraná (UFPR):
www.inovacao.ufpr.br 3- Agência de Inovação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR):
www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/pro-reitorias/prorec/diretoria-da-agencia-de-inovacao-1 4- Agência Intelecto da Universidade Federal de Uberlândia (UFU):
www.intelecto.ufu.br 5- Agência Paranaense de Propriedade Industrial (APPI): www.tecpar.br/appi 6- Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI): www.abpi.org.br 7- Associação Interamericana da Propriedade Intelectual (Asipi): www.asipi.org 8- Centro Regional de Inovação e Transferência Tecnológica (Critt) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF): www.ufjf.br/critt/protecao-ao-conhecimento 9- Conhecimento Protegido: www.conhecimentoprotegido.com 10- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq):
www.cnpq.br/cnpq/prop_intelec/index.htm |
|---|

11-Coordenadoria de Transferência de Inovação Tecnológica (CTIT) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG): www.ufmg.br/

Fonte: Branco (2011, p. 66).

Assim, tendo-se os conhecimentos sobre as diferentes categorias de marcas, e após verificação da possibilidade de realização de patente ou registro, ou seja, que o objeto enquadra-se nos aspectos de exigência para ser patenteado, o pedido do patenteamento, que pode ser realizado por pessoa física ou jurídica, deverá ser feito após análise da categoria de patente que o objeto se enquadra, isso pode ser feito através de uma consulta ao núcleo de inovações tecnológicas (NITs), ao fim, o pedido de patente deverá ser encaminhado ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) (BRANCO, 2011).

Dentre os direitos de propriedade intelectual estão os registros de patentes e marcas, as quais têm por função proteger inovações. Permitem que seus proprietários protejam suas inovações do uso pela concorrência (ÇELA, 2015).

Uma patente é a concessão de um direito de propriedade emitido ao inventor. O Governo Federal concede ao inventor direitos exclusivos para lucros em sua invenção mediante a emissão de um registro de patente que reivindica a invenção. A duração de uma patente é de até 20 anos a partir da data de depósito do pedido de patente, porém, pode haver variações do tempo de patente. Depois que a patente é emitida e, antes de expirar, esta compreende como um título, e seu titular pode realizar sua venda, doação ou dar licença de uso. Sendo que, após expirar a patente, o produto torna-se parte do domínio público. Podendo ser utilizado e comercializado por qualquer indivíduo de forma gratuita (GARNICA, 2006; ÇELA, 2015).

Observa-se que a patente pode ser vendida, porém a “invenção” não. Esse fato é descrito por Mossoff (2009), o qual diz que uma patente concede apenas o direito de excluir os outros e não confere direito algum de seu titular fazer, usar ou vender a invenção patenteada. O principal tratado de patentes, de autoria de Donald Chisum, afirma que “uma patente concede ao patenteado e a ele atribui o direito de excluir outros de fazer, usar e vender a invenção. Isso não concede o direito afirmativo de fazer, usar ou vender”.

Segundo Çela (2015) e Rodiney e Sparks (2008), uma patente pode ser emitida se alguém criar/ inventar qualquer novo processo útil, máquina, processo de

fabricação ou composição da matéria. Além disso, uma melhoria na invenção pode às vezes ser patenteada. Mesmo uma pequena melhoria funcional ou decorativa pode ser patenteável. Assim, uma ideia é patenteável se satisfizer os critérios de novidade, ter utilidade e não ser uma coisa óbvia (QUADRO 3).

QUADRO 3 – DEFINIÇÃO DAS TRÊS CARACTERÍSTICAS PARA CARACTERIZAÇÃO DE UMA IDEIA PATENTEÁVEL.

Novidade: Nada essencialmente igual a inovação existe, isto é, a invenção deve ser nova. Se o público tivesse conhecimento ou utilizou a invenção neste país, ou se a invenção tivesse sido vendida, oferecida para venda ou usada comercialmente, se escondida da visão pública (como uma máquina secreta em uma linha de montagem) mais de um ano antes da data de pedido de patente, então a invenção não seria considerada, e a aplicação de patente seria negada.
Utilidade: A invenção deve fornecer significativa benefícios para a sociedade, embora este requisito seja geralmente mais complexo do que parece. Uma vez que as necessidades e benefícios de uns não são as mesmas de outros.
Não-obviedade: A invenção deve possuir um novo característica que não é conhecido no campo de sua atuação e deve não ser óbvio para uma pessoa conhecimento do campo de atuação.

FONTE: Adaptado de Rodney e Sparks (2008 p. 823)

Segundo notícias publicadas no Jornal Gazeta do Povo no dia 18 de outubro de 2009, por André Luckman. O registro de patentes no Brasil vem apresentando crescente desde 2005, havendo destaque para o Estado do Paraná, o qual, segundo o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) em 2008, superou os registros de patente realizados pelo Estado de Minas Gerais, registrando 671 depósitos de patente junto ao órgão. O que chama muita atenção no artigo apresentado ao jornal é que o Paraná, junto ao Estado do Espírito Santo, não apresentam uma regulamentação estadual de propriedade intelectual. Destacando-se ainda que esse é um dos principais gargalos para fomentar a inovação e fazer com que ela chegue às ruas. Havendo uma necessidade de criação de leis estaduais que amparem o poder criativo no âmbito de proteção e comercialização.

É neste aspecto que tem-se a temática gestão de inovação. Que segundo Keller (2014) é a chave da sustentabilidade de um mercado competitivo.

Este contexto é novo no cenário brasileiro e começou a acontecer em 2004 com a Lei de Inovação (Lei Federal nº 10.973/2004). A inovação pode representar para as empresas uma resposta da ciência à sua busca cada vez maior por diferenciação, sendo chave para a sua sustentabilidade em um mercado altamente competitivo. As universidades precisam igualmente desenvolver capacidades que garantam sua sustentabilidade, adaptando-se a essa sociedade em transformação (KELLER, 2014, p. 17).

Segundo Branco (2011, p.68), para depositar seu pedido de patente, o requerente deve verificar ou efetuar os seguintes procedimentos:

- Determinar se o objeto a ser patenteado é uma invenção ou modelo de utilidade, pois essa diferenciação resulta em procedimentos distintos para cada categoria;
- Buscar em bancos ou bases de patentes, revistas especializadas, como a RPI, ou publicações técnicas para verificar se a patente pretendida é nova (inérita), pois a novidade é um dos requisitos para o pedido. Essa busca deve ser feita no Brasil e no exterior;
- Redigir a documentação de acordo com as normas do INPI, atendendo aos requisitos solicitados em cada caso (os formulários podem ser adquiridos no INPI ou por meio de representantes);
- Na elaboração de um pedido de patente, é recomendável consultar as diretrizes constantes no Ato Normativo nº 127/1997, em especial o item 15.

O pedido de patente ao INPI é mantido em sigilo até o pedido de patente ser publicado. Após a publicação pode-se apresentar novos documentos e informações para subsidiar o exame do pedido. Tendo-se o prazo de 36 meses para requerer o exame técnico do pedido. A decisão é declarada como deferindo ou não a solicitação. Se deferido o pedido, o requerente deverá comprovar junto ao INPI o pagamento da retribuição, em até 60 dias após a decisão, para posterior expedição da carta de patente pelo INPI. Se o pedido de patente for negado, o requerente terá o prazo de 60 dias para recorrer (BRANCO, 2011).

Já as marcas registradas, segundo Millot (2012), são uma forma de as empresas identificarem seus próprios produtos. Podem ser palavras, nomes, símbolos ou dispositivos que são usados no comércio com mercadorias para indicar a fonte dos bens e distingui-los dos bens dos outros. Uma marca de serviço é igual a uma marca comercial, exceto por esta identificar e distinguir a fonte de um serviço em vez de um produto. Os termos "marca registrada" e "marca" são comumente usados para se referir à marcas registradas e marcas de serviço. No artigo 15 da TRIPs, tem-se a definição de marcas, declarando que é "Qualquer sinal, ou qualquer combinação de sinais, capaz de distinguir os bens ou serviços de uma empresa, de bens ou serviços de outras".

Existem vários desdobramentos desta definição. Uma marca é definida em essência, como um sinal que pode ser caracterizado por denominações, letras, numerais, combinação de cores ou qualquer combinação desses elementos. Uma marca também pode ser definida pela sua função, o sinal tem que ser distintivo. Originalmente a lei de marcas foi concebida para cumprir o objetivo da política pública de proteção ao consumidor, buscando impedir que o público fosse enganado quanto à origem ou qualidade do produto. E, também, uma marca pode ser definida em termos legais, sendo o tipo de propriedade industrial (MILLOT, 2012; GODOY e MARTINS, 2018).

Branco (2011), mostra que a forma de apresentação de marcas tomou uma grande diversidade, conforme podemos verificar no (QUADRO 4) algumas dessas possibilidades.

QUADRO 4 - VARIAÇÃO NA APRESENTAÇÃO DE MARCAS.

Marca nominativa – Composta apenas de palavras ou combinação de letras e/ou algarismos, de forma não fantasiosa, independentemente do tipo de letra, cor ou desenho, a exemplo das marcas Google, Sony e 3M.
Marca figurativa – Constituída por desenho, imagem e/ou formas fantasiosas em geral apresentados de maneira isolada, como a concha que representa a Shell e o cavalo que representa a Ferrari.
Marca mista – Combina elementos nominativos e figurativos. As marcas Adidas, Nestlé, Faber-Castell são representadas por palavras e desenho.
Marca tridimensional – Representada pela forma plástica (configuração ou conformação física) necessariamente distintiva do produto ou de sua embalagem e dissociada de qualquer efeito técnico. São exemplos as marcas Toblerone (produto e embalagem), Chanel nº 5 (embalagem), Yakult (embalagem) e Pato Purific (embalagem).

Fonte: Branco (2011, p. 51).

A proteção da marca comercial concede ao proprietário o direito exclusivo de usar os sinais para identificar os bens ou serviços produzidos ou para autorizar indivíduos a usá-la em troca de pagamento. Praticamente, o proprietário da marca pode ser qualquer pessoa física ou jurídica, mas a maioria das marcas registradas é propriedade de empresas (MILLOT, 2012).

Tem-se que uma marca registrada através do uso exclusivo limita o proprietário da marca à área geográfica em que é utilizada, assim sendo, se a marca for utilizada em conjunto com serviços oferecidos, por exemplo, na Internet, o proprietário da marca pode, em algumas circunstâncias, desfrutar de direitos exclusivos para usar a marca em todo o país. Em segundo lugar, comércio ou marcas de serviço não podem ser realizados a partir de nomes, títulos ou categorias de frases semelhantes e não podem ser termos genéricos. Por exemplo, uma marca comercial como a Coca-Cola identifica e distingue um produto, mas o termo "cola" é muito geral para marca ser registrada. Uma marca registrada não pode ser a mesma ou confusamente semelhante a uma marca comercial já em uso (ÇELA, 2015).

Da mesma forma que as patentes, o registro de marcas pode ser realizado através do INPI. Segundo o artigo 112 da Lei nº 9.279/1996, podem ser registrados como marca os sinais distintivos visualmente perceptíveis, com o objetivo de identificar produtos e serviços (BRASIL, 1996).

E segundo Branco (2011) as marcas são registradas de acordo com três categorias (QUADRO 5).

QUADRO 5 - MARCAS E SUAS CATEGORIAS.

Marca de produto ou serviço – Diferencia produto ou serviço idêntico, semelhante ou afim, de procedência diversa. Exemplos: produtos alimentícios e bebidas; serviços de transporte aéreo;
Marca de certificação – Atesta conformidade de um produto ou serviço segundo alguma norma ou especificação técnica. Exemplos: brinquedos certificados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO); produtos certificados pela Associação brasileira da Indústria de Café (ABIC);
Marca coletiva – Produtos ou serviços oriundos de membros de uma entidade específica. Exemplos: produtos de diversos gêneros provenientes de cooperativas. Exemplos: SICOOB (Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil);

FONTE: Branco (2011, p. 50-51).

Após a realização do pedido de registro de marca ao INPI, tendo posterior aprovação, a partir da data de concessão, o registro de marca vigorará por dez anos, a partir da data da concessão. É possível a prorrogação deste prazo através de pedido realizado durante o último ano de vigência do registro. Se este procedimento não for

realizado, o titular poderá, ainda, efetuar seu pedido nos seis meses subsequentes mediante pagamento de retribuição adicional. É possível realizar a prorrogação deste período do registro em intervalos iguais e sucessivos (BRANCO, 2011).

3 METODOLOGIA

Este trabalho de conclusão de curso, foi dividido em duas partes, na primeira abordou-se a definição do problema, os objetivos a serem desenvolvidos e quais as normas que seriam utilizadas para responder a questão formulada pelo problema. Já na segunda parte do desenvolvimento da monografia, a pesquisa na doutrina e a contextualização tomaram a maior parte do tempo da organização do conhecimento, por outro lado também foi realizada a comparação entre as legislações dos oito países de língua lusófona, abordando suas similaridades e distinções. Com o resultado das comparações foi desenvolvido o mapa mental, baseado na condensação das informações obtidas e comparadas, buscando o design da informação.

Dentro de um enquadramento metodológico, ter-se-á uma epísteme hermenêutica, ou seja, estudando os métodos e a validade do conhecimento com o treino de interpretação como um objetivo de pesquisa. Quanto a natureza do objetivo geral da pesquisa, pode ser considerada **exploratória**, pois visa a exploração da bibliografia e documentação, em junção da natureza dos artigos teóricos ilustrativos, fazendo o uso da dedução para obter uma conclusão a respeito de determinadas premissas (lógico dedutiva), com processo de pesquisa de coleta de dados primários e secundários e abordagem de problema de espécie qualitativa com resultados aplicados, pesquisa bibliográfica e documental, e instrumentos constituídos de softwares de busca e quadros ontológicos. (ENSSLIN, 2009; TASCA et al, 2010; ENSSLIN e PACHECO, 2012 citado por TARTUCE, 2006).

Esta pesquisa é de **natureza qualitativa**, preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais e leitura de materiais conceituais. Apresenta **finalidade pura**, ou seja, pode ser considerada uma pesquisa básica, em que se objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da Ciência, sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais.

Um dos objetivos da pesquisa é de proporcionar maior familiaridade com o problema, tendo como exemplo torná-lo explícito, e resolúvel por meio de doutrina a bibliografia, portanto, quanto aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa de **estudo bibliográfico**.

Para Gil (2007), os exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa são investigações sobre ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas

posições acerca de um problema, sendo considerada uma **pesquisa Documental**, sendo que a pesquisa deste trabalho envolveu a análise de 7 (sete) leis dos países lusófonos, que envolveu um trabalho árduo para serem localizadas.

Por este motivo citado acima, segue abaixo um quadro indicativo, referenciando o país, a norma e o site específico, auxiliando o modo de como esses documentos normativos podem ser encontrados através dos links (TABELA 1).

TABELA 1 – SITES DE BUSCA DAS LEIS ANALISADAS

PAÍS	NORMA	LINK
Angola	Lei nº 3/92, de 28 de fevereiro 1992	https://bit.ly/2Zt7miM
Brasil	Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9279.htm
Cabo Verde	Decreto-Legislativo nº 4/2007, de 20 de agosto de 2007	https://bit.ly/2Kif7o5
Guiné-Bissau	Decreto-Lei nº 6/96, de 3 de março de 1997	https://bit.ly/2IPprAD
Moçambique	Decreto nº 47/2015, de 31 de dezembro de 2015	https://bit.ly/2WM9Pb5
Portugal	Decreto-Lei nº 110/2018, de 10 de dezembro de 2018	https://bit.ly/2wXiQyC
São Tomé e Príncipe	Decreto nº 6/2004, de 30 de junho de 2004	https://bit.ly/2wYB0Ad

FONTE: A autora (2019).

O trabalho surgiu mediante um artigo elaborado pelo professor e orientador Dr. Marcos Antonio Tedeschi, logo após pensamos e elaboramos a problematização, juntamente da pergunta que permeou o andamento da pesquisa.

Com relação ao caráter bibliográfico foram pesquisados muitos autores e doutrinas sobre o tema, dentre eles podemos citar (Miranda, Barbosa, Pimentel, Branco, Kelsen, Clegg, Mossoff). Apresentou-se muita dificuldade em localizar dados informacionais na Biblioteca do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná (UFPR), conseguindo a maioria do material na Biblioteca do Centro Universitário Autônomo do Brasil (UniBrasil), Google acadêmico e em artigos científicos. Após a busca pela literatura, demandou-se a leitura, estudo, condensação das informações no geral e a estruturação das mesmas.

Na pesquisa documental foram realizadas buscas em diversos sites, para localizar as leis referenciadas no (TABELA 1), a maioria das normas está no site WipoLex, que reúne dados sobre a propriedade industrial mundialmente. No entanto, algumas leis são ilegíveis, com defeitos de escrita, um pouco desatualizadas e mal estruturadas. Quanto a análise documental, pode-se ser considerada lógico-dedutiva, em que a autora verificou de acordo com o seu entendimento a leitura específica das leis, e a análise dos elementos apenas no aspecto condizente à patentes e marcas, ficando outros pontos de fora da análise.

Para finalizar a comparação das normas, e organizar e condensar as informações, foram estruturados quadros com as pequenas diferenças e similaridades entre as normas (leis e decretos), e foi elaborado um mapa conceitual no programa Cmap Tools, sobre o conteúdo descrito na Lei 9.279 do Brasil. Sendo elaborado somente o mapa do Brasil, já que as legislações referentes aos outros países são muito similares, sendo desnecessária a elaboração de outros 6 (seis) mapas conceituais praticamente iguais. Lembrando que, o país Timor-Leste encontra-se fora desta análise, pois o mesmo ainda não pertence nenhuma norma de proteção para a propriedade industrial.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste tópico serão apresentados os resultados obtidos no desenvolvimento deste TCC. Os resultados a serem apresentados são as análises e comparações entre as legislações dos oito países (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste).

4.1 ANÁLISE DAS LEIS DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL LUSÓFONAS

A análise é realizada nos aspectos gerais da lei, e especificamente no que diz respeito às marcas, patentes e modelo de utilidade. Portanto, a parte de desenhos, modelos industriais e indicações geográficas não serão analisados em nenhuma legislação, e nem a parte que envolvem os crimes da propriedade industrial.

No Apêndice, é demonstrado o mapa conceitual referente somente a Lei do Brasil.

4.1.1 ANGOLA

Conforme exposto na Lei n.º 3/92, de 28 de fevereiro 1992, não podem ser patenteáveis as descobertas que sejam contrárias à ordem pública e aos bons costumes, as concepções que não estão relacionadas à realidade prática, bem como princípios científicos e descobertas, planos e programas financeiros, regras de jogo, produtos alimentícios ou medicamentos, conforme o artigo 4º.

O pedido de patente deve referir-se a uma única invenção ou a um grupo de invenções que estejam relacionadas, de modo que constituam um único conceito inventivo.

Se o depositante da patente não for o inventor da mesma, o requerimento será acompanhado de uma procuração, devidamente reconhecida a favor de quem requerer a patente.

A duração da patente, será contada a partir da data do depósito, e terá a validade de 15 (quinze) anos, o objeto cairá em domínio público ao fim deste prazo. Neste tempo que a patente estará em vigor, podem ser realizadas alterações sutis na invenção, de modo que todas as modificações serão tituladas por simples certificados de alteração, conferindo os direitos até o término do prazo de duração.

A patente pode ser transmitida por ato jurídico de vontade entre pessoas, ou seja um ato inter-vivos, por meio de escritura, testamento ou sucessão legítima. Também pode ser transmitida total ou parcialmente em todo o tempo de sua duração, podendo ser utilizada integralmente ou somente em casos e locais determinados. Portanto, o titular da patente, pode conceder licença para a exploração desta, mediante contrato. Sendo que, os direitos obtidos não poderão ser alienados sem o consentimento do titular ou usufrutuário da patente, conforme disposto no artigo 9º da Lei 3/92.

O uso da patente poderá ser privado pelo Estado, em casos de necessidade envolvendo segurança nacional, saúde e desenvolvimento da economia nacional, segundo o artigo 10, onde verifica-se que o interesse público (de todos) passa por cima do interesse privado. O Conselho de Ministros irá decidir pela exploração da invenção, sem a concordância do titular da patente, que receberá o pagamento de justa indenização por ela.

Caso a exploração da invenção não tenha sido iniciada dentro de 3 anos após a sua concessão, ou que sua exploração tenha sido interrompida por tempo superior de 1 ano, o detentor da patente ficará obrigado a conceder a licença para qualquer terceiro que solicite a sua exploração. E após a apresentação do pedido de licença o titular da patente será notificado no prazo de 90 dias para apresentar contestação, conforme o artigo 11.

Com relação a invenção obtida durante a vigência do contrato de trabalho, pertencerá exclusivamente à entidade empregadora as invenções realizadas na vigência do contrato de trabalho, sendo que a invenção deverá ser obrigatoriamente patenteada na Angola. Já a exclusividade da invenção pertencerá ao empregado quando ele utilizar recursos e equipamentos próprios. E, não obstante, quando houver contribuição de proporção igual, a propriedade de invenção será comum, salvo estipulado particularmente entre as partes.

A patente e o modelo de utilidade podem ser considerados nulos, quando não respeitarem as condições previstas nos artigos deste decreto-lei, quando forem concedidos contrariando direito de terceiros, se não corresponderem ao seu respectivo objeto, ou se em seu processamento forem omitidos qualquer uma das formalidades legais previstas na lei.

A patente caduca, com a expiração do prazo legal, pela renúncia do titular ou de seus sucessores, quando não tenha sido iniciada a sua exploração no país de

forma efetiva e regular dentro de 4 anos após a sua concessão, ou se a sua exploração for interrompida por mais de 2 anos, salvo motivo de força maior comprovado, além de caducar pela falta do pagamento das taxas. Já o modelo de utilidade caduca por todos os motivos expostos anteriormente, e pela falta de exploração durante um ano, conforme disposto nos artigos 14 e 29 do referido Decreto.

Não são protegidos pela lei os modelos de utilidade que forem considerados como invenções, obras consideradas de cunho artístico, objetos contrários à ordem e aos costumes.

O registro de um modelo de utilidade terá a duração de 5 anos contados a partir da data do depósito, o registro pode ser renovado por 2 novos períodos consecutivos de 5 anos, mediante o pagamento de uma taxa. Sob pena de caducidade, os modelos de utilidade deverão se manter inalteráveis no período de duração do depósito.

No mesmo requerimento, só pode existir um único depósito, e o direito obtido para a licença de exploração não pode ser alienado sem a autorização do titular, salvo estipulação ao contrário.

Com relação as marcas, o direito de usá-las cabe aos industriais para assinalar o seu fabrico, aos comerciantes para referenciar as mercadorias de seu comércio, aos agricultores e produtores, aos artesãos, aos grupos empresariais, e aos profissionais autônomos para distinguir suas atividades e serviços. Já a marca coletiva é utilizada por um grupo econômico para distinguir os produtos fabricados ou vendidos, por cada um dos elementos do grupo.

De acordo com o artigo 32, a marca requerida por pessoa domiciliada em outro país, pode ser registrada como nacional da Angola, desde que no pedido o proprietário comprove que apresente atividade comercial ou industrial no país de origem. Em um único registro será permitido incluir uma série de marcas da mesma empresa, iguais ou que se diferenciem entre si, independente da classificação dos produtos, preços e referida qualidade.

Segundo o artigo 35, serão recusados os registros de marcas que contenham em seus elementos: falsas indicações ou facilidade para induzir o público ao erro quanto à natureza; falsas indicações sobre o estabelecimento e origem geográfica; símbolos como insígnias, armas, bandeiras sem a autorização; firma, nome que não pertençam ao requerente da marca; reprodução ou imitação de marca já registrada

por outrem para produtos semelhantes; expressões contrárias aos bons costumes ou ofensivas as leis públicas; nomes individuais sem a devida autorização das pessoas.

A propriedade da marca pode ser transferida por intermédio de título gratuito ou oneroso, salvo acordo em contrário o trespasse de estabelecimento pressupõe a transmissão da propriedade da marca. O titular do registro de uma marca pode oferecer licença para a exploração em algumas partes ou em toda a Angola, sendo de alguns produtos ou de todos os produtos, já que todo o contrato deve conter a qualidade dos produtos/serviços em que a marca é utilizada, sob pena de nulidade do mesmo. O contrato de exploração da marca, não pode ser alienado sem a autorização escrita e expressa do titular do registro.

O registro de uma marca tem a duração de 10 (dez) anos, sendo contado a partir da data do depósito do registro. E, o registro pode ser renovado por períodos consecutivos de 10 (dez) anos, mediante o pagamento de uma taxa prescrita, ou em até 4 meses após o termo.

A marca caduca, pela expiração do prazo de proteção legal, sem haver a devida renovação; pela renúncia expressa do titular do registro; pela falta do pagamento de taxas; pelo não uso da marca durante anos consecutivos; se a marca sofrer alterações que venham a prejudicar sua identidade; se forem verificados a concessão de novo registro para efeito de substituição de produtos.

Quanto aos nomes de estabelecimento, podem servir de nomes: as denominações de fantasia; o pseudônimo de seu proprietário; o nome do local que se encontra instalado o estabelecimento. Não sendo permitida a utilização de nomes que contenham: palavras em língua estrangeira (a não ser que o estabelecimento seja de outra nacionalidade); caracteres que façam parte de marcas registrados por outrem; sinais de uso genérico na linguagem comercial; tudo aquilo que não pertença na matéria de marcas que são excluídas de proteção.

A propriedade e uso exclusivo em todo o território nacional do uso do nome do estabelecimento são garantidas pelo registro. O nome e a insígnia podem ser usadas, independentemente de registro, sendo protegidos contra o ato ilícito cometido por terceiros. O registro do nome, dura pelo prazo de 20 (vinte) anos e podem ser sucessivamente prorrogáveis. No entanto, o registro do nome caduca com: a falta de uso durante 5 anos consecutivos, pela renúncia do proprietário, devido ao encerramento e liquidação do estabelecimento, pela falta de renovação e se sofrerem modificações na sua composição ou em forma não prevista pela lei.

4.1.2 BRASIL

O Brasil, por intermédio da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, protege os direitos de propriedade intelectual, regulando os direitos e deveres a serem seguidos pela referida lei. Os direitos de PI, são considerados como bens móveis para a lei, ou seja, eles podem ser levados de um local para outro com facilidade, não sendo fixos.

Conforme o artigo 3º a lei também pode ser aplicada: ao pedido de patente ou de registro proveniente do exterior e depositado no País, por quem tenha proteção assegurada por tratado ou convenção em vigor no Brasil e aos nacionais ou pessoas domiciliadas em países que assegurem aos brasileiros ou pessoas domiciliadas no Brasil a reciprocidade de direitos iguais ou equivalentes.

Com relação ao direito internacional e à aplicação dos tratados internacionais, o artigo 4º dispõe que: os tratados em vigor no Brasil são aplicáveis, em igualdade de condições, às pessoas físicas e jurídicas nacionais ou domiciliadas no País.

A patente poderá ser requerida em nome próprio, pelos herdeiros ou sucessores do autor, pelo cessionário ou por aquele a quem a lei ou o contrato de trabalho ou de prestação de serviços determinar que pertença a titularidade. No entanto o direito à patente pertencerá sempre ao inventor, salvo prova ao contrário presume-se que o requerente possui o direito à patente, conforme disposto no artigo 6º da referida lei.

Quando a invenção ou modelo de utilidade for realizado por duas ou mais pessoas, a propriedade pertence conjuntamente as duas, podendo ser requerida por todas ou qualquer um dos titulares. Se a criação for dada de modo independente, a invenção/modelo de utilidade pertencerá ao inventor que provar o depósito mais antigo, independentemente das datas de invenção ou criação.

Não podem ser objeto de patente, por não serem considerados nem invenção e nem modelo de utilidade, conforme o artigo 10: as teorias científicas e os métodos matemáticos; os materiais ou as substâncias já existentes na natureza e as matérias nucleares; os projetos, os princípios e os métodos do exercício de atividades intelectuais, em matéria de jogo ou no domínio das atividades econômicas; as criações estéticas; os métodos de tratamento cirúrgico ou terapêutico do corpo humano ou animal e os métodos de diagnóstico aplicados.

Não são patenteáveis, segundo disposto no artigo 18: o que for contrário à moral, aos bons costumes e à segurança, à ordem e à saúde públicas; produtos de

qualquer espécie, bem como a modificação de suas propriedades físico-químicas; o todo ou parte dos seres vivos, exceto os microrganismos transgênicos que atendam aos três requisitos de patenteabilidade - novidade, atividade inventiva e aplicação industrial.

O pedido de patente de invenção terá de se referir a uma única invenção ou a um grupo de invenções inter-relacionadas de maneira a compreenderem um único conceito inventivo, ou seja, deve ser mantida a unidade técnica e funcional do objeto inventivo principal, podendo incluir mais elementos que estejam relacionados ao principal, com base nos artigos 22 e 23. O pedido também poderá ser dividido em dois ou mais, desde que o foi dividido faça referência ao original e não exceda a matéria contida no pedido principal, visto que cada divisão estará sujeita ao pagamento de taxas correspondentes.

O tempo de vigência das patentes, conforme o artigo 40 vigorará pelo prazo de 20 (vinte) anos a patente de invenção, e a de modelo de utilidade pelo prazo 15 (quinze) anos contados da data de depósito. Salvo disposto no parágrafo único do mesmo artigo, ressalva que o prazo de vigência não será inferior a 10 (dez) anos para a patente de invenção e a 7 (sete) anos para a patente de modelo de utilidade, a contar da data de concessão, ressalvada a hipótese de o INPI estar impedido de proceder ao exame de mérito do pedido, por pendência judicial comprovada ou por motivo de força maior.

A patente confere ao seu titular o direito de impedir terceiro, sem o seu consentimento, de produzir, usar, colocar à venda, vender ou importar, referente ao produto objeto de patente, ou ao processo ou produto obtido diretamente por processo patentado. O titular da patente tem o direito de obter indenização pela exploração indevida de seu objeto.

É nula a patente concedida contrariando as disposições desta Lei, sendo que a mesma produzirá efeitos a partir da data do depósito do pedido. O titular será intimado para se manifestar em até 60 (sessenta) dias, sobre o pedido de nulidade, visto que, de acordo com o artigo 56, a nulidade da patente poderá ser arguida, a qualquer tempo, como matéria de defesa.

Sobre a licença compulsória de patente, será concedida nos casos de emergência nacional ou interesse público, declarados em ato do Poder Executivo Federal, desde que o titular da patente ou seu licenciado não atenda a essa

necessidade, poderá ser concedida, de ofício, licença compulsória, temporária e não exclusiva, para a exploração da patente, sem prejuízo dos direitos do respectivo titular.

Disposto no artigo 76 da referida lei, o depositante do pedido ou titular de patente de invenção poderá requerer, mediante pagamento de retribuição específica, certificado de adição para proteger aperfeiçoamento ou desenvolvimento introduzido no objeto da invenção, mesmo que destituído de atividade inventiva, desde que a matéria se inclua no mesmo conceito inventivo.

A patente extingue-se: pela expiração do prazo de vigência; pela renúncia de seu titular, ressalvado o direito de terceiros; pela caducidade; pela falta de pagamento da retribuição anual. Ao ser extinta, o objeto cai em domínio pública. Tendo ressalvas na renúncia, que só pode ser realizada se não for prejudicar outras pessoas.

O pagamento da licença da patente, deverá ser efetuado dentro dos primeiros 3 (três) meses de cada período anual, podendo, ainda, ser feito, independente de notificação, dentro dos 6 (seis) meses subsequentes, mediante pagamento de retribuição adicional.

Os artigos 88 à 91, referem-se à invenção ou modelo de utilidade criados por empregado no seu trabalho. Dispõe que se a invenção foi realizada durante o horário de trabalho e para suprir o contrato com a empresa, a invenção pertence a empresa. Se a invenção foi feita pelo empregado, com equipamentos dele, a patente pertence exclusivamente ao empregado. O empregador, titular da patente, poderá conceder ao empregado, autor de invento ou aperfeiçoamento, participação nos ganhos econômicos resultantes da exploração da patente, mediante negociação com o interessado ou conforme disposto em norma da empresa.

Sobre as marcas, o artigo 124 descreve um rol taxativo do que não é registrado como marca, dentre todos os seus incisos, pode-se citar: brasão, armas, medalha, bandeira, emblema, distintivo e monumento oficiais, públicos, nacionais, estrangeiros ou internacionais, bem como a respectiva designação, figura ou imitação; expressão, figura, desenho ou qualquer outro sinal contrário à moral e aos bons costumes ou que ofenda a honra ou imagem de pessoas ou atente contra à liberdade religiosa e de expressão; marcas de caráter genérico que não possam se distinguir; nome civil, de família, apelidos ou pseudônimos; dentre outros.

De acordo com o artigo 126, a marca notoriamente conhecida em seu ramo de atividade nos termos do art. 6º bis (I), da Convenção da União de Paris para

Proteção da Propriedade Industrial, goza de proteção especial, independentemente de estar previamente depositada ou registrada no Brasil.

Ao titular da marca é assegurado o direito de: ceder seu registro ou pedido de registro; licenciar seu uso; zelar pela sua integridade material ou reputação. O titular da marca não poderá: impedir que os demais citem e utilizem o nome de sua marca para alguma referência, nem impedir de citá-las em discursos e obras, com base nos artigos 130 e 132.

O registro da marca vigorará pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data da concessão do registro, prorrogável por períodos iguais e sucessivos. O pedido de prorrogação deverá ser formulado durante o último ano de vigência do registro, instruído com o comprovante do pagamento da respectiva retribuição. Se o pedido de prorrogação não tiver sido efetuado até o termo final da vigência do registro, o titular poderá fazê-lo nos 6 (seis) meses subsequentes, mediante o pagamento de retribuição adicional.

A licença de uso da marca pode ser concedida pelo titular de registro ou o depositante de pedido de registro da marca, sem prejuízo de seu direito de exercer controle efetivo sobre as especificações, natureza e qualidade dos respectivos produtos ou serviços, disposto no artigo 139.

O registro da marca extingue-se: pela expiração do prazo de vigência; pela renúncia, que poderá ser total ou parcial em relação aos produtos ou serviços assinalados pela marca; pela caducidade. Caducará o registro na hipótese de interrupção de uso da marca por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, ou se, no mesmo prazo, a marca tiver sido usada com modificação que implique alteração de seu caráter distintivo original, tal como constante do certificado de registro.

4.1.3 CABO VERDE

Através do Decreto-Legislativo nº 4/2007, de 20 de agosto de 2007, a República de Cabo Verde estabelece a proteção da propriedade industrial. Em seu artigo 3º, dispõe que o presente decreto é aplicável a todas as pessoas, cabo-verdianas ou estrangeiras, nacionais de estados membros das organizações Internacionais para a Propriedade Industrial das quais Cabo Verde seja parte, sem dependência de condição de domicílio ou estabelecimento, salvo disposições especiais sobre competência e processo.

A propriedade industrial goza das garantias estabelecidas na lei para a propriedade em geral, e, das previstas nas Convenções Internacionais, de que Cabo Verde seja parte. Os direitos emergentes de patentes e de modelos de utilidade, estão sujeitos a penhora e arresto e podem ser dados em penhor.

Os limites quanto ao objeto, no artigo 16, referem-se que não podem ser objeto de patente: as teorias científicas e os métodos matemáticos; os materiais ou as substâncias já existentes na natureza e as matérias nucleares; os projetos, os princípios e os métodos do exercício de atividades intelectuais, em matéria de jogo ou no domínio das atividades econômicas; as criações estéticas; os métodos de tratamento cirúrgico ou terapêutico do corpo humano ou animal e os métodos de diagnóstico aplicados.

São excluídas da patenteabilidade, as invenções cuja exploração comercial seja contrária à lei, à ordem pública, à segurança nacional, à saúde pública e aos bons costumes.

Quanto a regra geral dos direitos da patente, pode se dizer que: o direito à patente pertence ao inventor ou seus sucessores. Se forem dois, ou mais, os autores da invenção, qualquer deles tem direito a requerer a patente em benefício de todos. Com relação ao titular da patente no ambiente de trabalho, o artigo 20 dispõe que se a invenção for feita durante a execução de um contrato de trabalho em que a atividade inventiva esteja prevista, o direito à patente pertence à respectiva entidade empregadora, ou seja, pertence ao empregador. No entanto, se a atividade inventiva não estiver especialmente remunerada, o inventor tem direito a remuneração, correspondente a importância da invenção.

Este decreto possui uma ressalva e especificidade com relação aos direitos do empregado e do empregador, em que explicita que o inventor deve informar a sua entidade empregadora da invenção que tiver realizado, no prazo de três meses a partir da data em que esta for considerada concluída. Se, durante esse período, o inventor chegar a requerer patente para essa invenção, o prazo para informar a entidade empregadora é de um mês a partir da apresentação do respectivo pedido.

No mesmo requerimento não se pode pedir mais do que uma patente, nem uma só patente para mais do que uma invenção. Uma pluralidade de invenções, ligadas entre si de tal forma que constituam um único conceito inventivo geral, é considerada para efeitos de concessão de patente uma só invenção.

A alienação, sob qualquer forma, pelo titular da patente, ou com o seu consentimento, de material de reprodução vegetal ou animal, implica a permissão ao adquirente para utilizar o produto para proceder, ele próprio, à reprodução ou multiplicação na sua exploração.

A patente é conferida pelo prazo de 20 (vinte) anos contados da data do respectivo pedido. Segundo o artigo 46, a patente confere o direito exclusivo de explorar a invenção em qualquer parte do território nacional. Confere ainda ao seu titular o direito de impedir terceiros que, sem o seu consentimento, fabriquem, ofereçam, armazenem, introduzem no comércio ou utilizem um produto objeto de patente, ou o importem ou detenham, para qualquer desses fins. O titular da patente pode opor-se a todos os atos que constituam violação da sua patente.

De acordo com o artigo 47, os direitos conferidos pela patente não abrangem: Os atos realizados num âmbito privado e sem fins comerciais; a preparação de medicamentos feita para casos individuais, mediante receita médica nos laboratórios de farmácia; os atos realizados exclusivamente para fins de ensaio ou experimentais, incluindo experiências para preparação dos processos administrativos; a utilização a bordo de navios de outros países membros de organizações de que Cabo Verde faça parte do objeto da invenção patenteada no corpo do navio, quando entrarem, temporária ou acidentalmente, nas águas do País; utilização do objeto da invenção patenteada na construção ou no funcionamento de veículos de locomoção aérea, ou terrestre.

Os direitos conferidos pela patente não são oponíveis, no território nacional e antes da data do pedido, ou da data da prioridade quando esta é reivindicada, a quem, de boa-fé, tenha chegado pelos seus próprios meios ao conhecimento da invenção e a utilizava ou fazia preparativos efetivos e sérios com vista a tal utilização.

O titular de uma patente é obrigado a explorar a invenção patenteada, diretamente ou por intermédio de terceiros e a comercializar os resultados obtidos por forma a satisfazer as necessidades do mercado nacional. A exploração deve ter início no prazo de 4 (quatro) anos a contar da data do pedido de patente, ou no prazo de 3 (três) anos a contar da data da concessão.

Qualquer patente pode ser expropriada por utilidade pública, nos termos da lei, mediante o pagamento de justa indemnização, se a necessidade de vulgarização da invenção, ou da sua utilização pelas entidades públicas, o exigir. O titular que, sem justo motivo ou base legal, não explorar a invenção, diretamente ou por licença, ou

não o fizer de modo a ocorrer às necessidades nacionais, pode ser obrigado a conceder licença de exploração da mesma.

O titular de uma patente pode ser obrigado a conceder licença para a exploração da respectiva invenção por motivo de interesse público. A concessão da licença por motivo de interesse público é da competência do Governo, através do Ministério responsável pela área da Indústria.

As patentes são nulas, quando: seu objeto não satisfizer os requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial; se reconheça que o título ou epígrafe dado à invenção abrange objeto diferente; quando o seu objeto não tenha sido descrito de forma a permitir a sua execução por qualquer pessoa competente na matéria.

Não podem ser objeto de modelo de utilidade: as invenções cuja exploração comercial for contrária à lei, à ordem pública, à saúde pública e aos bons costumes; as invenções que incidam sobre matéria biológica; as invenções que incidam sobre substâncias ou processos químicos ou farmacêuticos. Se do exame, não houver oposição, e se concluir que o modelo de utilidade pode ser concedido, publica-se aviso de concessão.

A duração do modelo de utilidade é de 6 (seis) anos a contar da data da apresentação do pedido. Nos últimos seis meses de validade do modelo de utilidade, o titular pode requerer a sua prorrogação por um período de 2 (dois) anos. Em caso algum, a duração do modelo de utilidade pode ultrapassar globalmente o período de 10 (dez) anos, a contar da data da apresentação do respectivo pedido.

O modelo de utilidade confere ao respectivo titular o direito exclusivo de explorar a invenção ou o modelo em qualquer parte do território nacional. O titular do modelo de utilidade pode opor-se a todos os atos que constituam violação da sua invenção, mesmo que se fundem em outro modelo de utilidade com data de prioridade posterior, sem necessidade de impugnar os títulos ou pedir a anulação dos modelos de utilidade em que esse direito se funde.

Sobre as marcas, pode-se considerar que serão excluídas do registro: as marcas sem qualquer carácter distintivo; os sinais constituídos, exclusivamente, pela forma imposta pela própria natureza do produto ou indicações que possam servir no comércio para designar a espécie, a qualidade, a quantidade; as marcas que se tenham tornado usuais na linguagem corrente ou nos hábitos leais e constantes do comércio.

O registro da marca confere ao seu titular o direito de propriedade e do uso exclusivo da marca para os produtos e serviços a que se destina. O Estado pode, igualmente, gozar da propriedade e do exclusivo das marcas que usa, desde que satisfaça as disposições legais.

Segundo o artigo 143, o direito ao registro, para assinalar os produtos do seu fabrico pertence aos: industriais ou fabricantes, comerciantes, agricultores, criadores ou prestadores de serviços.

Se o agente ou representante do titular de uma marca registada em um dos países membros da OMC, mas não em Cabo Verde, requerer o registro dessa marca em seu próprio nome, sem autorização do referido titular, tem o direito de se opor a menos que o requerente justifique o seu procedimento, conforme dispõe o artigo 144 do referido decreto.

É concedida prioridade ao primeiro que apresentar o pedido de registro, para além dos elementos exigidos no artigo 151, e uma representação da marca pretendida de registro. A mesma marca, destinada ao mesmo produto ou serviço, só pode ter um único registro.

O registro da marca é concedido quando, não tiver sido detectado fundamento de recusa e a reclamação, realizado o exame necessário. E se tiver feito o pedido de recusa, deve ser considerado improcedente.

O registro de uma marca é recusado quando esta: for constituída por sinais insusceptíveis de representação gráfica; for constituída por sinais desprovidos de qualquer carácter distintivo. Outros fundamentos de recusa, estão relacionados à: bandeiras, armas, escudos e emblemas ou outros sinais do Estado, municípios ou outras entidades públicas, nacionais ou estrangeiras, sem autorização; distintivos, selos e sinetes oficiais, de fiscalização e garantia, quanto a marcas destinadas a produtos ou serviços; brasões ou insígnias heráldicas, medalhas, apelidos, títulos e distinções honoríficas a que o requerente não tenha direito; medalhas de fantasia ou desenhos susceptíveis de confusão; firma, denominação social, logótipo, nome e insígnia de estabelecimento, parte característica dos mesmos, que não pertençam ao requerente, ou que o mesmo não esteja autorizado a usar; nomes, retratos ou quaisquer expressões ou figurações, sem que tenha sido obtida autorização das pessoas a que respeitem; tudo que for contrário à moral ou aos bons costumes, bem como ofensivas da legislação nacional ou comunitária.

Considera-se que há imitação ou usurpação, no todo ou em parte, de marca por uma outra quando, cumulativamente: uma marca já esteja anteriormente registrada e tenha prioridade; sejam ambas destinadas a assinalar produtos ou serviços idênticos ou afins; tenham tal semelhança gráfica, figurativa, fonética ou outra que induza facilmente o consumidor em erro ou confusão.

A duração do registo é de 10 (dez) anos, contados a partir da data da respectiva concessão, podendo ser indefinidamente renovado por iguais períodos. De cinco em cinco anos, a contar da data do registo, salvo quando forem devidas as taxas relativas à renovação, deve ser apresentada no organismo responsável uma declaração de intenção de uso da marca. Se a declaração não for apresentada, a marca não será oponível a terceiros, sendo declarada a caducidade do seu registo.

A marca deve ser conservada como inalterada, ficando qualquer mudança nos seus elementos, sujeita a um novo registo. Os registos de marcas são transmissíveis, se não induzirem o público em erro quanto à proveniência do produto ou do serviço. O titular de uma marca registrada tem o direito de renunciar a marca com ou sem a transferência do negócio ao qual a marca pertence.

A caducidade do registo deve ser declarada se a marca não tiver sido objeto de uso sério durante cinco anos consecutivos. A caducidade ainda da marca, deve ser declarada se tiver transformado na designação usual no comércio do produto ou serviço para que foi registrada, como consequência da atividade ou inatividade; se a marca se tornar suscetível de induzir o público em erro, nomeadamente acerca da natureza desses produtos ou serviços. O titular do registo é sempre notificado do pedido de declaração de caducidade para responder, com o prazo de dois meses se quiser.

No direito ao nome do estabelecimento, podem constituir nome de estabelecimento, as denominações de fantasia ou específicas; os nomes históricos, salvo se do seu uso resultar ofensa ao verdadeiro significado; nome da propriedade ou local do estabelecimento, quando seja acompanhado de um elemento distintivo; nome, firma ou denominação social, ou apelido do proprietário. A duração do registo é de 10 (dez) anos, contados da data da respectiva concessão, podendo ser indefinidamente renovado por iguais períodos. Esse direito confere ao seu titular o direito de impedir terceiros de usar a marca do estabelecimento, sem o seu consentimento. O registo é nulo quando, na sua concessão, tenha sido infringido o previsto, que faz referência às marcas. O registo caduca por falta de uso do nome ou

da insígnia durante cinco anos consecutivos, ou por cancelamento do estabelecimento.

Os direitos de propriedade podem ser transmitidos, total ou parcialmente, a título gratuito ou oneroso. A transmissão por ato inter-vivos deve ser provada por documento escrito. Segundo o artigo 255, os títulos de propriedade industrial são, total ou parcialmente, nulos: quando o seu objeto for insuscetível de proteção; quando, na respectiva concessão, tenha havido preterição de procedimentos ou formalidades imprescindíveis para a concessão do direito; quando forem violadas regras de ordem pública. Além disso, a nulidade é invocável a todo o tempo por qualquer interessado.

Segundo o artigo 259, os direitos de propriedade industrial caducam independentemente da sua invocação, e a declaração da caducidade pode ser oficiosamente declarada pelo serviço competente: quando tiver expirado o seu prazo de duração; por falta de pagamento de taxas. A caducidade por qualquer outra razão apenas produz efeitos se invocada.

Sobre a renúncia, conforme expresso no artigo 260, qualquer titular pode renunciar aos seus direitos de propriedade industrial, desde que o declare expressamente ao organismo responsável pela Propriedade Industrial.

O prazo para interpor recurso contra algum pedido de registro é de dois meses a contar da publicação do competente despacho no Boletim da Propriedade Industrial.

4.1.4 GUINÉ BISSAU

Com o vigor do Decreto-Lei nº 6/96 da Propriedade Industrial da Guiné-Bissau, de 3 de março de 1997, a República da Guiné-Bissau dispõe em seu artigo 1º que não serão protegidos como patente: as descobertas, teorias científicas e os métodos matemáticos; os planos, princípios e métodos das atividades econômicas ou das matérias de jogo; os métodos de tratamento cirúrgico ou terapêutico do corpo humano ou animal, sendo que esta disposição também se aplica aos produtos utilizados nestes métodos. Pode-se levar em consideração que as invenções que forem contra a ordem pública ou contra os bons costumes não são patenteáveis.

Já o artigo 3º refere-se a propriedade do inventor, ou seja, o direito à patente pertence ao inventor, se várias pessoas efetuarem uma invenção em comum o direito à patente pertence-lhes em comum. Se várias pessoas, tiverem efetuado o mesmo

pedido de invenção, o pedido que tenha a data mais antiga será considerado o válido. O direito à patente pode ser cedido ou transmitido por via sucessória.

Se a invenção for elaborada no ambiente de trabalho, na execução de um contrato de trabalho, a invenção pertence ao empregador, salvo disposto ao contrário no contrato de trabalho. O inventor sempre será mencionado como detentor da patente, qualquer promessa ou qualquer compromisso contraído pelo inventor de fazer declaração referente a isto, não tem efeitos jurídicos.

Sobre o pedido da patente, o artigo 4º expõe que o pedido de patente é depositado junto ao diretor da administração da propriedade industrial, e o pedido inclui um requerimento, uma descrição e uma ou várias reivindicações, além disso junto do depósito deve ser realizado o pagamento de uma taxa prescrita. Se o requerente não for o inventor, o requerimento pode ser acompanhado de uma declaração justificando o direito do requerente à patente.

Com relação a modificação e divisão do pedido, pode-se considerar segundo o artigo 5º que um pedido só pode ter por objeto uma única invenção ou várias invenções que se relacionem, formando um único conceito inventivo geral. Até o momento que for comprovado que o pedido preenche as condições necessárias para ser concedida a patente, o requerente pode modificar o pedido.

Quando o diretor da administração da propriedade industrial concede uma patente, deve-se realizar a publicação da menção da concessão da patente; a entrega ao requerente de um certificado de concessão e um exemplar da patente; efetua-se o registro da patente; oferece ao público exemplares da patente, mediante pagamento de taxa prescrita.

Os direitos conferidos pela patente referem-se a exploração da invenção patenteada na Guiné-Bissau por qualquer pessoa além do titular da patente, sendo que para explorar a patente requer-se a autorização do titular. A patente confere o direito ao titular de impedir que terceiros a explorem, sem o seu consentimento ou realizem atos de fabricar, importar, colocar à venda o produto; utilizar o processo, dentre outros.

Uma patente concedida pela ARIPO em virtude do Protocolo da ARIPO, produz os mesmos efeitos na Guiné-Bissau que uma patente concedida por este Decreto-Lei, de acordo com o artigo 10, parágrafo 6.

Quando o interesse público, sobretudo a segurança e saúde nacional, necessitarem da invenção, o ministro pode decidir pela exploração da invenção mediante remuneração equitativa ao titular, mesmo sem o consentimento do mesmo.

Com relação a duração da patente e as taxas anuais, o artigo 11º explicita que a patente expira 20 (vinte) anos após a data de depósito do pedido da patente. Para manter em vigor a patente ou o pedido de patente, uma taxa anual deve ser paga antecipadamente ao diretor da administração da PI por cada ano, a primeira um ano após a data de depósito do pedido de patente. Uma prorrogação de prazo de 6 (seis) meses é concedida para o pagamento da taxa anual após a data de vencimento. Se uma taxa anual não for paga, considera-se que o pedido de patente foi retirado ou que a patente se tornou caduca.

Qualquer pessoa interessada pode pedir ao Tribunal a anulação de uma patente, em virtude disto, o Tribunal anula a patente se o requerente provar que não está preenchida uma das condições previstas nos artigos 2 e 4 deste Decreto-Lei.

O modelo de utilidade expira sem qualquer possibilidade no fim do 7º (sétimo) ano após a data de depósito do pedido. O requerente pode, mediante o pagamento de uma taxa, transformar seu pedido em um modelo de utilidade que beneficiará da data de depósito do pedido feito inicialmente.

Na aquisição do direito à marca, artigo 25º, uma marca não pode ser validamente registrada se: não permitir distinguir os produtos ou serviços de uma empresa de outras empresas; for contrária à ordem pública e aos bons costumes; for suscetível de induzir o público ao erro; se reproduzir, imitar ou contiver elementos que lembrem armas e brasões não permitidos; for idêntica ou semelhante a ponto de causar confusão com nomes comerciais; se for idêntica a uma marca pertencente a uma empresa ou a outro titular.

O pedido de registro de uma marca é depositado junto do diretor da administração da PI, contendo um requerimento, uma reprodução da marca e a lista dos produtos e serviços para os quais o registro da marca é solicitado, o depósito do pedido é acompanhado do pagamento de uma taxa prescrita. Se a declaração não for de acordo com o previsto na Convenção de Paris, a declaração é considerada nula.

Depois da publicação do pedido até o registro da patente o requerente beneficia dos mesmos privilégios e direitos como se a marca já estivesse registrada. Quando o diretor da administração da PI, verifica que o registro da marca não foi objeto de nenhuma oposição e que foi resolvida a favor do requerente, então registra

a marca, publica uma menção do registro e entrega ao requerente um certificado de registro, caso contrário, registra o pedido.

A utilização da marca registrada, em qualquer produto ou serviço, por qualquer pessoa diferente do titular do registro, requer o consentimento deste. O titular do registro da marca, tem o direito de intentar com um processo judicial contra qualquer pessoa que cometa uma infração, utilizando a marca sem o seu consentimento.

A duração da validade do registro de uma marca é de 10 (dez) anos, a contar da data de depósito de pedido do registro. O pedido do registro de uma marca, pode ser renovado por períodos consecutivos de dez anos cada um, mediante o pagamento pelo titular de uma taxa de renovação prescrita. Uma prorrogação de prazo de seis meses é concedida para o pagamento da taxa de renovação, após o vencimento, mediante o pagamento de uma sobretaxa prescrita.

Qualquer pessoa interessada, pode pedir para que o diretor da administração de PI, anule uma marca. Depois do registro, até um mês da apresentação do requerimento, não ter sido utilizada pelo titular do registro e nem por um adquirente de licença durante um período não interrompido de três anos ou mais, porém, a marca não é anulada se provar que as circunstâncias que se opuseram a sua utilização não são verdadeiras.

O requerente que tenha residência habitual, ou cujo estabelecimento principal se encontra fora da Guiné-Bissau, deve ser representado por um conselheiro jurídico que resida e exerça a sua profissão na Guiné-Bissau, que seja reconhecido pelo direito da administração da PI, em que o diretor o inscreverá na lista de conselheiros reconhecidos. Só é exigida a apresentação da procuração em caso de dúvida.

No artigo 42, contém a disposição sobre a aplicação dos tratados internacionais, retratando que em caso de conflito com as disposições deste decreto-lei, serão aplicadas e prevalecerão as disposições de tratados e acordos internacionais.

4.1.5 MOÇAMBIQUE

Por meio do Decreto nº 47/2015, de 31 de dezembro de 2015, a República de Moçambique estabelece o regime especial da proteção dos direitos da propriedade industrial e define os direitos e obrigações emergentes de sua concessão e registro.

O decreto é aplicável para todas as pessoas, moçambicanas ou nacionais dos países que constituem a Convenção de Paris, e aos membros da Organização Mundial do Comércio (OMC), independente de estabelecimento ou domicílio, salvo disposições de competência e processo previstas no ordenamento jurídico interno.

A administração do sistema da propriedade industrial compete ao Instituto da Propriedade Industrial, chamado de IPI. Os pedidos de registro dos direitos da PI, devem ser apresentados em formulários próprios, cujos modelos são aprovados pelo Ministro de tutela. Os direitos da propriedade industrial estão sujeitos a registro e dele dependem a sua validade e proteção legal.

Os direitos conferidos pelo registro abrangem todo o território nacional de Moçambique, além de garantir a autenticidade dos títulos da concessão e assegura aos titulares o seu uso exclusivo, por tempo indefinido.

Os legítimos para promover os atos referente ao registro de marcas e patentes são: o próprio titular do direito de propriedade industrial ou a pessoa singular interessada, até mesmo um mandatário desde que domiciliados em Moçambique; pela pessoa coletiva interessada, ou titulares do direito, desde que sua sede seja em Moçambique, através de seu representante legal ou trabalhador credenciado; por agente oficial habilitado pelo IPI, desde que devidamente investido de poderes para o efeito.

Os direitos da propriedade industrial, segundo o artigo 21, são transmissíveis inter-vivos pela forma escrita, que contenha o consentimento do titular do direito e mortis causa. A transmissão dos direitos, os encargos e ônus são todos averbados no título ou certificado de registro. Os direitos emergentes do pedido de registro de normas comerciais, nomes de estabelecimento só podem ser transmitidos à título gratuito ou oneroso, com o estabelecimento a que estejam ligados.

De acordo com o artigo 22 e subsequentes, os direitos da propriedade industrial, extinguem-se por: renúncia do titular; anulabilidade; nulidade; caducidade. Com a extinção da patente de invenção ou do modelo de utilidade o objeto cai em domínio público. Para o titular renunciar, ele pratica um ato unilateral, mediante declaração expressa, de modo escrito.

A anulabilidade do direito deve ser requerida por pessoa legítima, que prove que o direito lhe pertence ou pessoa cujo direito fundado tenha sido preterido no ato da concessão. A anulabilidade é invocável no prazo de noventa dias.

A nulidade é acatada quando: o objeto for insuscetível de proteção, na respectiva concessão tenha havido preterição de procedimentos ou formalidades imprescindíveis para a concessão do direito, forem violadas as regras de segurança e saúde pública, ou se constituírem uma ofensa moral e aos usos e bons costumes. É invocável a todo tempo e por qualquer pessoa.

A caducidade é invocada quando tem expirado o seu prazo de duração ou por falta de pagamento de taxas.

Os direitos da propriedade industrial podem ser dados em penhor e caução e estão sujeitos à penhora e arresto.

Não são consideradas como invenções: as teorias científicas, métodos matemáticos; as descobertas que visam revelar algo que já existe na natureza; os sistemas, planos, regras de atividades econômicas ou regras de jogo; os projetos e programas de computador; criações exóticas e obras artísticas; os métodos de tratamento cirúrgico.

São excluídos da proteção por patente: toda invenção contrária à moral e aos bons costumes; as plantas e animais incluindo os processos biológicos; as substâncias, matérias ou produtos de qualquer espécie.

O direito à patente pertence ao inventor ou aos seus sucessores, por qualquer título. Se a invenção tiver sido realizada em conjunto por duas ou mais pessoas, a patente pode ser requerida por toda ou parte delas. Quanto à regra do primeiro depositante, as duas ou mais pessoas tiverem realizado a mesma invenção de forma independente, o direito pertence ao inventor que tiver apresentado em primeiro lugar de forma válida a invenção. Se houver acordo anterior à invenção, podem todas as partes figurar como requerentes no pedido de patente.

Quanto a invenção do trabalhador, se a invenção for realizada no âmbito da execução do contrato de trabalho que integra atividade inventiva ou faz parte das funções efetivas do trabalhador, o direito de patente pertence ao empregador / entidade patrimonial. Se a invenção não se integrar ao objeto do contrato de trabalho ou na atividade do empregador, mas o trabalhador tiver empregado meios e recursos pertencentes ao empregador, a este pertence o direito à patente.

Segundo o artigo 56 do referido decreto, o requerente pode reivindicar prioridades múltiplas provenientes de pedidos apresentados em vários outros países, desde que entre eles exista unidade de invenção. No mesmo pedido não pode ser solicitada mais de uma patente, nem uma patente para mais de uma invenção. Além

disso, de um só pedido pode constar várias invenções contempladas de maneira que formem um conceito único de invenção. A modificação no pedido pode ser realizada, desde que, não ultrapasse a divulgação incluída do pedido inicial.

Um pedido de patente que foi inicialmente depositado em qualquer país membro da União de Paris ou da Organização Mundial do Comércio, tem prioridade de efeitos de registro no IPI, desde que o requerente não esqueça de reivindicar o direito no prazo de até 12 (doze) meses, a contar da data do pedido realizado em outro país, membro dos tratados e convenções.

O requerente de uma patente, pode substituir seu pedido, pelo modelo de utilidade, devendo solicitá-lo ao diretor geral do IPI. É permitido no prazo de até 60 (sessenta) dias, a oposição ao pedido de patente por qualquer indivíduo que se sinta prejudicado, o prazo pode ser prorrogado por mais sessenta dias a pedido do interessado, mediante pagamento de taxa.

A validade do registro de patente é de 20 (vinte) anos, contados a partir da data de depósito. A validade deste registro depende do pagamento correto das anuidades.

O titular da patente goza de direitos exclusivos à invenção, sendo eles: exploração da invenção patenteada; concessão ou transmissão da patente; celebração de contratos que cedam licença à exploração; oposição do uso indevido da patente.

Não são abrangidos pela patente os atos: relativos a pesquisa científica; produtos lançados no comércio pelo titular da patente; produtos a bordo de aeronaves ou navios estrangeiros que estejam temporariamente no espaço de Moçambique; praticados em privado e longe da escala comercial; preparação numa farmácia de medicamento provisório, com libração de médico.

A patente pode ser cedida pelo seu titular ou pelos seus sucessores, mediante escritura pública, conforme exposto no artigo 77. Em casos que a patente pertença a dois ou mais titulares, a celebração de qualquer negócio jurídico envolvendo o objeto patenteado, requer o consentimento de todos os titulares. Na falta de acordo, os titulares podem separadamente ceder seus direitos ou acionar o poder judiciário para resolver os conflitos. O titular da uma patente, pode executar um ato unilateral, renunciando a patente por meio de uma declaração escrita. A patente concedida pela ARIPO, é equiparada a patente nacional.

A obrigatoriedade de exploração faz parte da patente, o titular é obrigado a explorar sua invenção patenteada. Se o titular não explorá-la até 3 (três) anos a contar

da data da concessão da patente ou 4 (quatro) anos após o depósito do pedido, pode implicar a concessão de licença de exploração à terceiros.

Em relação ao modelo de utilidade, o pedido deve-se referir a um único modelo principal, podendo incluir uma pluralidade de elementos distintos, adicionais, desde que mantida a unidade técnica e corporal do objeto. Até a publicação, um pedido de patente pode ser transformado em um modelo de utilidade, se beneficiando da data do pedido inicial, mediante pagamento de uma taxa prescrita.

Os procedimentos para a tramitação de um modelo de utilidade devem ser mais simplificados do que o das patentes. Os prazos para a oposição dos pedidos são de 30 (trinta) dias. A duração do modelo de utilidade é de 15 (quinze) anos, contados da data do respectivo depósito. A validade de duração, depende do pagamento das respectivas anuidades e taxas.

Para a proteção das marcas, constituem os requisitos: permitirem a distinção dos produtos ou serviços; não serem contrárias a lei, nem à ordem e moral; não induzir o consumidor a erro, ou o público sobre os elementos característicos que a marca disser a respeito; não reproduzir elementos de armas, bandeiras, emblemas e siglas de uso oficial do Estado, município ou outras entidades; não ser idêntica a uma marca de prestígio em Moçambique; não ser idêntica a tradução de uma marca registrada em Moçambique.

O requerente de acordo com o artigo 123, só pode depositar um pedido de registro de marca, em uma atividade que exerça efetiva e licitamente de modo direto, através de empresas que controle direta ou indiretamente. A marca registrada, considera-se imitada quando: a marca registrada tiver prioridade; ambas se referirem à produtos ou serviços idênticos; apresentarem semelhanças de grafia, fonética, ou figurativa que confundam o consumidor.

Quanto a oposição ao pedido, deve ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do pedido, podendo ser prorrogável uma única vez por um período máximo de 60 (sessenta) dias, a pedido do interessado, mediante o pagamento de respectiva taxa.

De cinco em cinco anos a contar da data do registro, deve ser apresentada ao IPI uma declaração de intenção do uso da marca, sujeita ao pagamento de respectiva taxa. As marcas que essa declaração não tenha sido emitida, não poderão ser oponíveis à terceiros, sendo declarada a caducidade.

A proteção da marca tem a duração de 10 (dez) anos, contados a partir da data do depósito, podendo ser renovada indefinidamente por períodos iguais mediante o pagamento de taxa.

No direito ao nome comercial, e nome do estabelecimento, podem constituir nome de estabelecimento, as denominações de fantasia ou específicas; os nomes históricos, salvo se do seu uso resultar ofensa ao verdadeiro significado; nome da propriedade ou local do estabelecimento, quando seja acompanhado de um elemento distintivo; nome, firma ou denominação social, ou apelido do proprietário.

É permitida a oposição do pedido de registro da marca, por qualquer pessoa que se sinta prejudicada, devendo ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do pedido, podendo ser prorrogável uma única vez por um período máximo de 60 (sessenta) dias, a pedido do interessado, mediante o pagamento de respectiva taxa.

A proteção do nome comercial, tem a duração de 10 (dez) anos, contados a partir da data do depósito, podendo ser renovada indefinidamente por períodos iguais mediante o pagamento de taxa. O nome pode caducar, mediante: encerramento do estabelecimento respectivo; por falta do uso mediante 3 (três) anos consecutivos.

As anuidades e respectivas taxas devem ser pagas durante os últimos 6 (seis) meses de cada ano, contados a partir da data da concessão do direito. Os requerentes que provem que não conseguem pagar as respectivas despesas relativas à manutenção desses direitos, podem ser isentos do pagamento de taxas. Devem solicitar a isenção do pagamento as instituições de pesquisa para os direitos que derivam dos trabalhos efetuados no âmbito de suas atividades.

4.1.6 PORTUGAL

O Regulamento da Propriedade Industrial, Decreto-Lei nº 110/2018, de 10 de dezembro de 2018, dispõe em seu artigo 3º que o Código é aplicável a todas as pessoas, singulares ou coletivas, portuguesas ou nacionais dos países que constituem a União Internacional para a Proteção da Propriedade Industrial, adiante designada por União, nos termos da Convenção de Paris de 20 de março de 1883 e suas revisões e a Organização Mundial do Comércio, adiante designada por OMC, sem dependência de condição de domicílio ou estabelecimento, salvo disposições especiais sobre competência e processo.

Os direitos da propriedade industrial, podem ser dados como garantia, pois estão sujeitos à penhora e arresto, podendo ser dados como penhor ou serem sujeitos a outras apreensões de bens. O terceiro que requerer oposição tem o prazo de dois meses a contar da data da publicação da menção do estabelecimento do direito, para deduzir oposição contra as decisões, portanto, conclui-se de acordo com o disposto no artigo 17 é de que o prazo para apresentar reclamações é de 60 dias – 2 meses – a partir da data da publicação da patente.

Os atos e termos do pedido de registro, de acordo com o artigo 10, só podem ser realizados através do: próprio interessado ou titular do direito, se for estabelecido ou domiciliado em Portugal, ou por quem, estando estabelecido ou domiciliado em Portugal, apresente procuração para o efeito; pelo próprio interessado ou titular do direito se for estabelecido ou domiciliado em país estrangeiro (devendo indicar morada em Portugal, ou um e-mail/número de fax); por agente oficial da propriedade industrial; por advogado constituído.

No caso de dois pedidos relativos ao mesmo direito serem simultâneos ou terem a mesma data de pedido, não lhes é dado seguimento sem que os interessados resolvam essa questão, por meio judicial. Antes de ser proferido despacho, o requerente pode, por sua iniciativa, reformular o pedido em modalidade diferente da que foi inicialmente apresentada.

Conforme dispõe o artigo 13, o indivíduo que protocolar regularmente pedido de patente, de modelo de utilidade, ou de marca, em qualquer dos países da União ou da OMC ou em qualquer organismo intergovernamental com competência para conceder direitos que produzam efeitos em Portugal, goza, tal como o seu sucessor, para apresentar o pedido em Portugal, do direito de prioridade estabelecido no artigo 4.º da Convenção da União de Paris para a Proteção da Propriedade Industrial, conferindo um direito de prioridade.

Segundo o artigo 23, são fundamentos que geram a recusa da concessão do direito de propriedade: a falta do pagamento de taxas; a não apresentação dos elementos necessários para completa instrução do processo; a inobservância de formalidades ou procedimentos imprescindíveis para a concessão do direito; a apresentação de requerimento cujo objeto seja impossível ou ininteligível.

Os prazos estabelecidos no Decreto-Lei nº 110/2018, são considerados todos contínuos. A publicidade em todos os processos é atingida quando o pedido for publicado no Boletim da Propriedade Industrial.

Tudo que modificar o direito de propriedade, está sujeito a averbamento no INPI, como: transmissão e renúncia de direitos privativos; a concessão de licenças de exploração, contratuais ou obrigatórias; a constituição de direitos de garantia ou de usufruto, bem como a penhora, o arresto e outras apreensões de bens efetuadas nos termos legais. Podendo ser oponíveis à terceiros, somente após a data do averbamento.

Quanto a transmissão dos direitos, conforme o artigo 30, podem ser transmitidos, total ou, com exceção dos direitos emergentes de patentes, de modelos de utilidade, parcialmente, a título gratuito ou oneroso. A transmissão por ato inter vivos deve ser provada por documento escrito.

As patentes, os modelos de utilidade e os registros são total ou parcialmente nulos: quando o seu objeto for insuscetível de proteção; quando, na respetiva concessão, tenha havido preterição de procedimentos ou formalidades imprescindíveis para a concessão do direito; quando forem violadas regras de ordem pública. Sendo que, a nulidade é invocável a todo o tempo por qualquer interessado. E são anuláveis, quando o direito não pertencer ao requerente, ou quando houver preterição das formalidades para a concessão do direito.

Os direitos de propriedade industrial caducam independentemente da sua invocação: quando tiver expirado o seu prazo de duração, ou por falta de pagamento de taxas. O titular pode renunciar o direito de propriedade industrial, por meio de um ato unilateral, desde que declare expressamente a renúncia, através de um requerimento escrito.

Não podem ser objeto de patente, segundo artigo 51: as descobertas, assim como as teorias científicas e os métodos matemáticos; os materiais ou as substâncias já existentes na natureza e as matérias nucleares; as criações estéticas; os projetos, e métodos do exercício de atividades intelectuais em matéria de jogo ou de domínio das atividades econômicas; programa de computador e apresentações de informação.

As invenções que sejam contrárias à ordem e aos bons costumes, também não são patenteáveis, sendo que a sua exploração é proibida por lei. Segundo o artigo 52, também não são patenteáveis assuntos relacionados à clonagem, processos que relacionem a modificação da genética humana e embriões humanos para fins comerciais. Não podendo ser objeto de patente, o corpo humano, os animais e vegetais e os métodos de tratamento cirúrgico.

O direito à patente pertence ao inventor ou seus sucessores por qualquer título. Se forem dois, ou mais, os autores da invenção, qualquer um tem direito a requerer a patente em benefício de todos, conforme disposto no artigo 57.

Com relação às regras de titularidade da patente, o decreto dispõe que se a invenção for feita durante a execução de contrato de trabalho em que a atividade inventiva esteja prevista, o direito à patente pertence à respectiva empresa. No entanto, se a atividade inventiva não estiver especialmente remunerada, o inventor tem direito a remuneração, sendo relativa à proporcionalidade da invenção.

O inventor deve informar a empresa da invenção que tiver realizado, no prazo de três meses a partir da data em que esta for considerada concluída. Se, durante esse período, o inventor chegar a requerer patente para essa invenção, o prazo para informar a empresa é de um mês a partir da apresentação do respectivo pedido no INPI. A empresa tem direito de opção à patente mediante remuneração de harmonia com a importância da invenção e pode assumir a respectiva propriedade, ou reservar-se o direito à sua exploração exclusiva, de acordo com o artigo 58.

O inventor tem o direito de ser mencionado no requerimento e no título, mesmo se a patente não for requerida no pedido original. No entanto, o inventor também tem o direito de ter a sua imagem preservada e não ser mencionado como o autor da patente.

Sendo apresentado e aprovado, o pedido de patente é registrado no Boletim da Propriedade Industrial. Todavia, se o pedido sofrer alterações durante a fase de exame, o aviso de concessão publicado no Boletim da Propriedade Industrial deve conter essa indicação, além disto, todas as alterações devem ser comunicadas aos reclamantes, para que os mesmos tenham direitos de efetuar recurso, caso não concordem com as modificações.

O artigo 73, versa sobre a unidade da invenção, em que no mesmo requerimento não se pode pedir mais de uma patente nem uma só patente para mais de uma invenção. Já que, segundo o Decreto-Lei nº 110/2018 uma pluralidade de invenções, ligadas entre si de tal forma que constituam um único conceito inventivo geral, é considerada uma só invenção. O requerente pode dividir o pedido em pedidos divisionários, conservando cada um deles a data do pedido inicial.

De acordo com o artigo 100, a duração da patente é de 20 anos contados da data do respectivo pedido. A patente confere o direito exclusivo de explorar a invenção em qualquer parte do território português, sendo que anualmente devem ser

recolhidas as taxas, para a manutenção do direito. Também, a patente confere o direito ao titular de impedir que terceiros, sem a sua permissão, façam a colocação no mercado ou a utilização de um produto objeto de patente, ou a importação ou posse do mesmo, para algum fim lucrativo.

Os direitos que a patente confere, não abrangem casos específicos, como: atos realizados na iniciativa privada, sem fins comerciais, preparação de medicamentos para fins exclusivos, atos realizados a fins de ensaio ou experimentais com a invenção, utilização do objeto à bordo de navios ou aviões de outros países membros da OMC ou da Convenção de Paris.

O titular da patente é obrigado a explorar a invenção patenteada, diretamente ou por intermédio de pessoa autorizada, podendo satisfazer as necessidades do mercado económico de Portugal. Ressalvando que, a exploração deve ter início no prazo de quatro anos a contar da data do pedido de patente, ou no prazo de três anos a contar da data da concessão, aplicando –se o prazo mais longo, se ela não for explorada o direito à patente se extingue e cai em domínio público. É possível gozar dos direitos da patente, em qualquer país membro da União Europeia, ou da OMC, consoante ao artigo 107 do referido decreto.

O titular de uma patente pode ser obrigado a conceder licença para a exploração da respetiva invenção por motivo de interesse público, em que o assunto seja de primordial importância para a saúde pública ou para a defesa nacional. A licença por motivo de interesse público é conferida por despacho do membro do Governo competente em razão da matéria, segundo artigo 111.

Exemplificam os artigos 114 e 151, que a patente e o modelo de utilidade são considerados nulos, quando: o seu objeto não satisfizer os requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial; objeto não for suscetível de proteção; reconheça que o título ou epígrafe dado à invenção abrange objeto diferente; objeto não tenha sido descrito por forma a permitir a sua execução por um perito na especialidade.

Sobre o modelo de utilidade, não podem ser consideradas como objeto de modelo de utilidade: as invenções que incidam sobre substâncias ou composições farmacêuticas e químicas; invenções que incidam sobre alimentos ou matéria biológica; ou que a exploração seja contrária à lei, à ordem pública e aos bons costumes.

O modelo de utilidade é recusado se: recusado se: a invenção carecer de novidade, atividade inventiva ou não for suscetível de aplicação industrial; se o título da invenção for diferente do modelo; se seu objeto não for descrito de maneira a permitir a execução da invenção por um perito na especialidade; se não for descrito de forma clara tudo que constitui a invenção.

A duração do modelo de utilidade é de 6 (seis) anos a contar da data da apresentação do pedido. Nos últimos 6 (seis) meses de validade do modelo de utilidade, o titular pode requerer a sua prorrogação por um período de 2 (dois) anos. Nos últimos 6 (seis) meses da prorrogação, o titular pode apresentar um segundo e último pedido de prorrogação da duração da proteção por novo período de 2 (dois) anos. Portanto, conclui-se que a duração do modelo de utilidade não pode exceder 10 (dez) anos a contar da data da apresentação do respetivo pedido.

Não serão consideradas como marcas, e nem registrados, se: não conter qualquer carácter distintivo; os sinais constituídos, exclusivamente, pela forma ou por outra característica imposta pela própria natureza do produto, pela forma ou por outra característica do produto necessária à obtenção de um resultado técnico ou pela forma ou por outra característica que confira um valor substancial ao produto; os sinais constituídos, exclusivamente, por indicações que possam servir no comércio para designar a espécie, a qualidade, a quantidade, o destino, o valor, a proveniência geográfica, a época ou meio de produção do produto ou da prestação do serviço, ou outras características dos mesmos; as marcas constituídas, exclusivamente, por sinais ou indicações que se tenham tornado usuais na linguagem corrente ou nos hábitos leais e constantes do comércio, conforme preceitua o artigo 209.

O direito ao registro, para assinalar os produtos do seu fabrico/atividade pertence aos: industriais ou fabricantes, comerciantes, agricultores, criadores ou prestadores de serviços, conforme o artigo 211.

Segundo o artigo 212, nos casos em que o agente ou representante do titular de uma marca protegida em um dos países membros da União ou da OMC, mas não registrada em Portugal, pedir o registro dessa marca em seu próprio nome, sem autorização do referido titular, tem este o direito de se opor ao registo ou à utilização do mesmo, a menos que o agente ou representante justifique o seu procedimento.

O registro da marca é recusado: quando ela não preenche o que foi disposto no referido decreto; quando a marca seja suscetível de induzir o público em erro relativamente ao carácter ou significado da marca; caso não seja apresentado o

regulamento de utilização da marca; se o regulamento de utilização da marca não conter indicações necessárias ou for contrário à ordem pública e aos bons costumes.

O registro da marca caduca, quando: o titular não impede a utilização da marca de modo equivocado, sendo incompatível com as condições previstas no respetivo regulamento de utilização, incluindo eventuais alterações que se encontrem devidamente averbadas; Ou quando a utilização da marca pelas pessoas habilitadas seja suscetível de induzir o público em erro relativamente ao caráter ou significado da marca, nomeadamente se for suscetível de dar a impressão que se trata de outra realidade que não uma marca coletiva ou uma marca de certificação ou garantia.

A mesma marca, destinada ao mesmo produto ou serviço, só pode ter um registro. Após a publicação do pedido, este só pode ser alterado, a pedido do requerente, para limitar a lista de produtos ou serviços ou para corrigir o nome ou a morada indicados no requerimento, erros de expressão ou de transcrição, ou erros manifestos, desde que a alteração não afete substancialmente a marca ou não alargue a lista de produtos ou serviços.

Uma marca não pode ser validamente registrada se: não permitir distinguir os produtos ou serviços de uma empresa de outras empresas; for contrária à ordem pública e aos bons costumes; for suscetível de induzir o público ao erro; se reproduzir, imitar ou contiver elementos que lembrem armas e brasões não permitidos; for idêntica ou semelhante a ponto de causar confusão com nomes comerciais; se for idêntica a uma marca pertencente a uma empresa ou a outro titular.

A duração do registro de uma marca é de 10 (dez) anos, contados a partir da data da apresentação do pedido, podendo ser indefinidamente renovado, total ou parcialmente, por iguais períodos. A marca deve conservar-se inalterada, ficando qualquer mudança nos seus elementos sujeita a novo registro. Geralmente a caducidade da marca é declarada se a marca não tiver sido objeto de uso sério durante 5 (cinco) anos consecutivos para os produtos ou serviços para que foi registrada.

4.1.7 SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

O Regulamento da Propriedade Industrial, Decreto nº 6/2004, de 30 de junho de 2004, dispõe em seu artigo 1º os documentos necessários para o requerimento de

uma patente e a caracterização das normas, margens e formatações a serem seguidas para confeccionar o requerimento.

Em seus artigos subsequentes o Decreto explana aspectos mais relevantes quanto aos princípios das patentes, já que no art. 2 é exemplificado que no mesmo requerimento não pode ser requerida mais de uma patente, ou seja, devem conter apenas um único conceito de invenção, e para cada novo pedido, o requerente deve pagar as taxas previstas no regulamento.

Os pedidos de patente podem ser examinados com base em relatórios de busca elaborados por organismos da PI, no entanto a decisão da concessão é exclusiva do Diretor da Indústria de São Tomé e Príncipe.

A patente de invenção será recusada se o objeto estiver excluído da patenteabilidade de acordo, violar as condições de patenteabilidade, se o requerente não der cumprimento no prazo de 3 meses da data do ofício e se o requerente não efetuar o pagamento das taxas.

Segundo o artigo 5, a divulgação pública dos pedidos de patente deverá ocorrer 18 meses após a data de prioridade indicada, ou se não houver reivindicação de prioridade, deve se efetuar 18 meses após a data de depósito do pedido. Sendo que, a divulgação pública é a publicação do resumo do invento e de suas fórmulas químicas.

A publicação da menção da concessão da patente de invenção, conforme o art. 6, não deverá ocorrer antes de decorrer o prazo para reclamações, que é de 3 meses, contados a partir da data de publicação do pedido.

Para o registro de marcas, o Serviço Nacional da Propriedade Industrial fará um estudo sobre o exame da marca registrada e sua comparação com as marcas registradas para os mesmos produtos/serviços, segundo dispõe o artigo 13, somente depois deste estudo que ocorrerá um despacho informando se concede ou recusa o registro.

Os pedidos de registro de marca ou nome comercial, devem conter todos os dados referentes à nome e endereço, além de serem mencionados os produtos ou serviços a que se destinam a marca. Se no pedido houver produtos ou serviços pertencentes a diferentes classes, deve ser paga uma taxa para cada classe específica. Também devem ser apresentadas as representações gráficas da marca, em fotocópia ou desenho. O pedido de registro de marcas, pode ser recusado se não respeitar as exigências do Decreto.

Como no pedido de patente de invenção, o registro de marcas também oferece um prazo de 3 meses para a reclamação contra o pedido, a contar da data da publicidade do pedido de registro. O requerente poderá contestar, também num período de 3 meses, após tomar ciência da reclamação apresente, segundo disposto nos arts. 21 e 22 do Decreto nº 6/2004.

Todos os atos do processo só podem ser promovidos pelo próprio interessado ou titular do direito, que esteja estabelecido ou domiciliado em São Tomé e Príncipe, ou, por um mandatário de PI também residente no país. Se o depositante tem sua residência fora do país, poderá solicitar ao Diretor da Indústria a concessão de um prazo de um ano para indicar o nome de um mandatário, que possa o representar, disposto no artigo 26.

Se o requerente for hipossuficiente, pode fazer um requerimento para o Diretor da Indústria, solicitando a redução de 75% do valor das taxas para o pagamento, devendo apresentar documentos que comprovem a situação de pobreza.

Todos os prazos estabelecidos neste dispositivo são contínuos, e os direitos nas modalidades de Propriedade Industrial prescrevem por: ter expirado o prazo de duração ou por falta do pagamento correto das taxas exigidas, de acordo com os artigos 29 e 31.

Qualquer pessoa, pode consultar e obter cópias dos registros de todas as modalidades da Propriedade Industrial, de seus próprios processos ou dos processos de terceiros que não se encontrem em segredo de justiça. Lembrando que a obtenção de informações também incide no pagamento de taxas.

Quanto aos funcionários do Serviço Nacional da Propriedade Industrial é proibido manter o relacionamento com os mandatários, a fim de garantir a competência e a impessoalidade do serviço.

4.1.8 TIMOR-LESTE

É o membro mais recente da WIPO (World Intellectual Property Organization), e não tem uma lei própria de Propriedade Industrial.

Esta lei que falta no país, seria muito importante no aumento da segurança jurídica para empreendedores locais ou estrangeiros, bem como para o combate à falsificação de produtos estão apresentando sérios riscos para a saúde pública dos consumidores timorenses, de acordo com o site da Inventa Nacional (INTA)

Enquanto o novo projeto de lei de propriedade industrial não for aprovado, a Inventa International irá manter o conselho de publicação de avisos (*cautionary notices*) num jornal local de grande circulação.

A Inventa International participou no 1º diálogo dedicado à proteção de Propriedade Intelectual no Timor-Leste, no dia 1 de dezembro de 2017, em que seus painéis focaram-se na importância e melhores práticas em relação à proteção de marcas e ainda sobre a anti contrafação.

4.2 COMPARAÇÃO IGUALITÁRIA DAS LEGISLAÇÕES LUSÓFONAS

Pode-se observar que os objetivos específicos do trabalho, relativos à comparação e análise das normas, e práticas para registrar uma marca e fazer um pedido de patente, foram alcançados.

Ao efetuar a leitura e análise de todas as legislações, foi diagnosticado que as leis e os decretos contém uma relação muito próximas entre si e têm poucas distinções, isto pode ser explicado pelo fato de todos os países em questão, serem membros de Convenções Internacionais e terem assinado os Tratados Internacionais, que servem para unir os países, bem como trazer segurança jurídica para o Poder Judiciário.

Pode-se perceber com a pesquisa que dos 8 (oito) países analisados, 6 (seis) fazem parte da Convenção de Paris, que são classificados em: Angola, Brasil, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Considera-se que essa convenção internacional facilita a proteção da propriedade industrial entre os Estados-membro, além de possibilitar a extensão da prioridade do registro da marca nos países de origem, para os outros países que aderiram a Convenção. Portanto, com a leitura o diagnóstico realizado é de que todas as leis seguem o parâmetro mínimo estabelecido pela convenção.

Segundo Mujalli (1997), a Convenção de Paris que relaciona assuntos correspondentes à Propriedade Industrial, propiciou que os participantes desta convenção chegassem a um consenso comum, e a um único entendimento à respeito dos direitos, deveres e obrigações sobre a proteção da propriedade industrial. Através do protocolo redigido e convencionado, ficou estabelecido que todos os países que têm a convenção vigente, constituem-se em União para proteger todos os direitos

pertencentes à propriedade industrial, gerando um único entendimento perante as leis internacionais.

Por outro lado, também inclui-se nessa análise a OMC (Organização Mundial do Comércio), que proporciona as relações comerciais entre os países, interligando-os. Esse tratado internacional, perante a OMC, foi citado nas legislações, garantindo a estabilidade o desenvolvimento econômico das nações. São membros da OMC, os 6 (seis) países lusófonos: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e Portugal.

Nota-se que o Timor-Leste está totalmente fora desta análise, visto que não possui uma legislação específica sobre a propriedade intelectual, e não convencionou nenhum dos tratados citados anteriormente, pois sua independência foi decretada recentemente, motivo pelo qual está começando a se organizar como um Estado, e passando a compor um estado democrático de direito.

Lembrando que, somente o mapa conceitual do Brasil foi elaborado e apresentado como um modelo de design da informação, visto que as Leis dos demais países são muito similares com a Lei do Brasil nº 9.279/1996, e, não obstante seria desnecessário elaborar e montar os demais mapas conceituais como resultados de análise.

A maior discrepância verificada na leitura das 7 (sete) legislações que versam sobre a propriedade intelectual, foi arguida no tempo de duração do prazo de concessão de patentes, modelo de utilidade e marcas, bem como o prazo para a renovação da concessão deste direito. Reiterando este ponto exclusivamente, abaixo segue tabela (TABELA 2):

TABELA 2: PRAZO DE DURAÇÃO DE PATENTE, MODELO DE UTILIDADE E MARCA

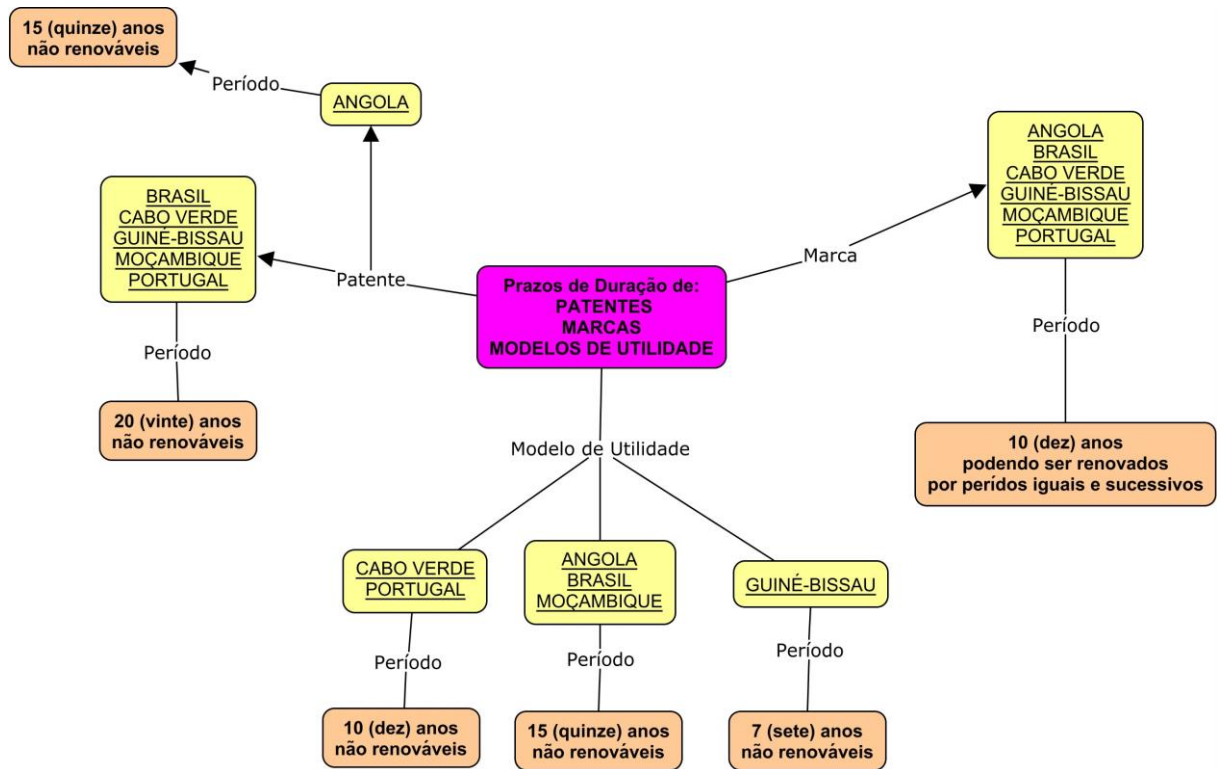
	Duração de Patente	Duração de Modelo de Utilidade	Duração de Marca
Angola	15 anos, não renováveis	5 anos, podendo ser renovado por mais 2 períodos de 5 anos	10 anos, podendo ser renovados por períodos consecutivos de 10 anos
Brasil	20 anos	15 anos	10 anos, prorrogáveis por períodos iguais e sucessivos

Cabo Verde	20 anos	6 anos, podendo ser prorrogável por mais 4 anos	10 anos, podendo ser renovada indefinidamente por iguais períodos
Guiné-Bissau	20 anos	7 anos	10 anos, podendo ser renovados por períodos consecutivos
Moçambique	20 anos	15 anos	10 anos, podendo ser renovados por períodos consecutivos
Portugal	20 anos	6 anos, podendo ser prorrogável por mais 4 anos	10 anos, podendo ser renovada indefinidamente por iguais períodos
São Tomé e Príncipe	Não consta	Não consta	Não consta

Fonte: A autora (2019).

Referente aos prazos, segue proposta de análise mais objetiva e colorida, realizada com design da informação, mediante mapa conceitual (FIGURA 6).

FIGURA 6 – MAPA CONCEITUAL REFENTE AO PRAZO DE DURAÇÃO DAS MARCAS, PATENTES E MODELOS DE UTILIDADE.



Fonte: A autora (2019).

Outra proposta da análise de forma a condensar e organizar as informações, pode ser exposta em uma tabela geral, não só do tempo de duração de uma patente ou marca, mas, sim de um quadro de análise geral, comparativo. Esta tabela visa deixar as informações de forma útil e visível, elaborando uma análise geral, envolvendo as legislações dos 7 (sete) países estudados. Segue abaixo tabela geral comparativa, lembrando que tudo que estiver assinalado com um "X" contém na lei/decreto analisado (TABELA 3):

TABELA 3 – CONDENSAÇÃO GERAL DA ANÁLISE DAS LEIS

	A N G O L A	B R A S I L	C A B O V E R D E	G U I N É - B I S S A U	M O Ç A M B I Q U E	P O R T U G A L	S Ã O T O M É E P R Í N C I P E
O pedido da patente terá que se referir a uma única invenção, ou ter um grupo inter-relacionado	X	X	X	X	X	X	X
Se for realizado por duas ou mais pessoas o pedido de patente pertence conjuntamente aos titulares	X	X	X	X	X	X	X
O inventor tem o direito de obter indenização pela exploração do seu objeto	X	X	X	X	X	X	X
Não são patenteáveis objetos que contrariem o disposto na norma (classificações)	X	X	X	X	X	X	X
A licença compulsória da patente, será cedida em casos de emergência nacional relacionada à segurança ou à saúde, independente do consenso do inventor	X	X	X	X	X	X	X

Se a patente/modelo de utilidade foi desenvolvido durante o período de trabalho, à titularidade pertence a empresa, salvo disposições no contrato de trabalho.	X	X	X	X	X	X	X
Não podem ser registrados como marca, sinais distintivos que contrariem a lei/decreto	X	X	X	X	X	X	X
O titular da marca pode licenciar o uso, ou ceder seu registro	X	X	X	X	X	X	X
A marca não pode confundir o consumidor, devendo ser clara e representando o produto / serviço.	X	X	X	X	X	X	X
Os tratos em vigor, são aplicáveis em igualdade de condições	X	X	X	X	X	X	X
É nulo tudo o que estiver contra a disposição da lei / decreto	X	X	X	X	X	X	X
Todos os pedidos de patente ou registro de marca devem ser mediante recolhimento de taxas/pagamento	X	X	X	X	X	X	X
As patentes e marcas extinguem-se pela: falta de pagamento, caducidade, renúncia do titular, não uso e expiração do prazo de vigência	X	X	X	X	X	X	X

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para atingir os objetivos propostos neste trabalho foi necessário realizar pesquisas bibliográficas da doutrina e legislações comparadas, além de fazer uma busca completa no site do WipoLex para conseguir ter o acesso às leis dos 8 (oito) países de língua lusófona.

Para concluir esta pesquisa, se fez necessário resgatar os objetivos específicos que nortearam o presente trabalho:

1. Orientar as práticas legais e técnicas para a organização do conhecimento industrial sobre marcas e patentes nos países de língua lusófona;
2. Auxiliar empreendedores e inventores à obterem um registro de marca ou um pedido de patente;
3. Apresentar considerações conceituais sobre a propriedade industrial, tema de vital importância para as unidades produtoras de conhecimento;
4. Comparar as legislações dos oito países lusófonos;
5. Abordar os termos referente à hierarquia normativa, diferenciando as normas de acordo com seu grau de importância eletivo.

Assim sendo o objetivo geral deste trabalho foi a realização da contextualização sobre o tema propriedade industrial, abordando especificamente marcas e patentes, bem como a comparação e análise das leis, em que todos os itens norteadores da observação apresentaram uma forte similitude, havendo poucas divergências devido ao fato dos países terem convencionado tratados internacionais.

A propriedade industrial e as leis no geral, apresentam a função de garantir a lealdade da concorrência, além de garantir a segurança jurídica pela similaridade das leis entre os países lusófonos – com isto, pode-se atribuir direitos privativos industriais, referente as marcas, patentes e modelos de utilidade. Com isso, o Direito assume importância fundamental na política de organização e controle da sociedade.

Com esse estudo, percebeu-se também que a Propriedade Industrial nos países de língua lusófona é um tema vasto e pouco abordado pelos estudiosos, sendo necessário efetuar buscas aprofundadas para entender a cultura jurídica local e como funcionam as leis nos países ora analisados.

Portanto, com o aprimoramento do estudo e da bibliografia, foi possível trazer uma simples e pequena proposta de diferenciação da legislação de cada país e trazer

as empresas e inventores uma importante vantagem competitiva, além do ganho de conhecimento nesta área.

Não obstante, com o desenvolvimento deste trabalho de conclusão de curso, também foi possível responder a pergunta iniciada que permeou o início desta pesquisa:

Quais as diferenças entre essas categorias de propriedade industrial, exclusivamente da espécie de marcas e patentes, entre os oito países (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste) de língua lusófona?

Tendo uma simples resposta que resume todos os pontos abordados, de que as leis e decretos dos 8 (oito) países analisados, possuem poucas distinções, pois todos os países são membros de convenções e efetuaram acordos internacionais, unificando as leis e seus próprios entendimentos.

No campo de conclusões pessoais, posso dizer que este trabalho trouxe um ganho informacional muito grande, sendo um novo desafio em minha vida. Foram muitas noites de sono perdidas, além de demasiada preocupação para que tudo saísse perfeito. Sou muito ansiosa e me cobro muito, portanto este trabalho me ajudou a ser mais paciente, a controlar mais as minhas emoções e a confiar mais em mim. Mudou a minha vida para melhor, trazendo mais experiência para o próximo tcc a ser elaborado na faculdade de Direito, e, aprimorando o meu desenvolvimento profissional e pessoal, abrindo novos horizontes e objetos do saber. Sou extremamente grata por tudo que vivi e aprendi, nesses quatro anos e meio na (UFPR).

5.1 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Como primeiro trabalho de análise comparativa das legislações de países lusófonos sobre direito de propriedade industrial, restrito somente à patentes, modelo de utilidade e marcas, deixou a impressão de que falta mais aprofundamento em elementos mais gerais das leis, como o direito penal, desenhos industriais, recomendações geográficas e segredos industriais, portanto recomendando dar continuidade ao estudo e elaboração de mais análises. E indico como opcional, a elaboração dos 6 (seis) mapas conceituais dos países faltantes.

REFERÊNCIAS

ABIN – AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA. **Revista Brasileira de Inteligência**, Brasília: Abin, v. 2, n. 3, 2006.

ANGOLA. Lei n.º 3/92, de 28 de Fevereiro de 1992. **Lei da Propriedade Industrial**. Disponível em: < <https://bit.ly/2Zt7miM> >. Acesso em: 21. Fev. 2019.

AQUINO, Leonardo Gomes de. Tratados Internacionais (Teoria Geral). **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, v. XIII, n. 75, abril 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/31zygqZ>>. Acesso em: 20 abr 2019.

ASCENSÃO, J. O. *et al.* **Concorrência desleal**. Coimbra: Livr. Almedina, 1997.

_____. **Propriedade Intelectual: Plataforma para o Desenvolvimento**. Instituto Dannemann Siemsen de Estudos Jurídicos e Técnicos. São Paulo: Renovar, 2009.

ASPI – ASSOCIAÇÃO PAULISTA DA PROPRIEDADE INTELECTUAL. **Propriedade Intelectual**. Disponível em: < <https://bit.ly/2CW4Ust> >. Acesso em: 29. Out. 2018.

BARBOSA, Denis Borges. **Atividade Inventiva: objetivo do Exame**. 2010. Disponível em: <<http://www.denisbarbosa.addr.com/atividade.pdf>>. Acesso em 30 set. 2018.

_____. **Tratado da Propriedade Intelectual: Patentes**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2014.

_____. **Proteção das Marcas: Uma perspectiva Semiológica**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2008.

_____. **Propriedade intelectual: a aplicação do Acordo TRIPs**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2003.

_____. **Uma Introdução à Propriedade Intelectual**. 2. Edição. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2003.

_____. **Bases Constitucionais da Propriedade Intelectual**. 2002. Disponível em: <http://denisbarbosa.addr.com/>. Acesso: 23 abr. 2019.

_____. **Uma introdução à Propriedade Industrial**. Rio de Janeiro: Lúmen Iuris, Volume I, 1997.

_____. **Patentes e Problemas: Cinco Questões de Direito Patentário**, Revista de Direito Mercantil, dezembro de 1989.

BASSO, M. **O Direito Internacional da Propriedade Intelectual**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

BITTAR, C. A. **Teoria e prática de concorrência desleal**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

BIX, Brian H. **Kelsen, Hart, and legal normativity**. Revus [online], v. 34, 2018. Disponível em: < <https://bit.ly/2WFMumE> >. Acesso em: 20 abr. 2019.

BRASIL. Lei n. 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 mai. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9279.htm>. Acesso em: 28 abr. 2019.

BRASIL. Presidência da República - Núcleo de Apoio ao Patenteamento. **Manual Propriedade Industrial - ABIMAQ/IPD-Maq**. [S.l.: s.n.], [2000?]. Disponível em: < <https://bit.ly/2bsxp1f> >. Acesso em: 30. out. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Iglu, 2004.

BRANCO, Gilberto. **Propriedade intelectual**. Curitiba: Aymará, 2011.

CABO VERDE. Decreto-Legislativo nº 4/2007, de 20 de Agosto de 2007. **Decreto-Legislativo da Propriedade Industrial**. Disponível em: <https://bit.ly/2Kif7o5>. Acesso em: 21. Fev. 2019.

CAMARGO, Nilton Marcelo de. Konrad Hesse e a teoria da força normativa da constituição. **Revista Jurídica UNIGRAN**, Dourados, MS, v. 17, n. 33, 2015.

CATARINO, M. E.; BAPTISTA, A. A. Folksonomias e Dublin Core: contribuições para a descrição de recursos web. CERVANTES, B. M. N. (Org.). **Horizontes da organização da informação e do conhecimento**. Londrina: EDUEL, 2012. p.139-172.

CAVEDON, F. S. **Função social e ambiental da propriedade**, Florianópolis: Editora Momento Atual, 2003.

ÇELA, Mirësi. The importance of Trademarks and a review of empirical studies. **European Journal of Sustainable Development**, v. 4, n. 3, p. 125-134, 2015.

CHAVES, Gabriela Costa; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora; HASENCLEVER, Lia; et al. A evolução do sistema internacional de propriedade intelectual: proteção patentária para o setor farmacêutico e acesso a medicamentos. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 257-267, fev., 2007.

CLEGG, Michael; ELLENA, Katherine; ENNIS, David; VICKERY, Chad. The hierarchy of laws: Understanding and Implementing the Legal Frameworks that Govern Elections. **International Foundation for Electoral Systems**, 2016.

FUHRER, Maximilianus Cláudio Américo. **Resumo de Direito Administrativo**. São Paulo. Malheiros, 2006.

_____. **Resumo de Direito Civil**. São Paulo. Malheiros, 2004.

FRANÇA, Ricardo Orlandi. Patente como fonte de informação tecnológica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, jul./dez. 1997.

FRANCISCO, José Carlos. **Função Regulamentar e Regulamento**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2008.

GARNICA, Leandro Augusto; OLIVEIRA, Rodrigo Maia; TORKOMIAN, Ana Lúcia Vitale. Propriedade Intelectual e Titularidade de Patentes Universitárias: Um Estudo Piloto na Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. **XXIV Simpósio de Gestão de Inovação tecnológica**, Gramado, RS, 2006.

GAZETA DO POVO. Economia. **Paraná avança no ranking de novas patentes**. Publicado em 18 de outubro de 2009, por André Lückman. RPC.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**: Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: < <https://bit.ly/1IY0IHZ>>. Acesso em: 11 out. 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GODOY, Deisy; MARTINS, Vinícius Abílio. A interação dos autores nas pesquisas em Gestão de Marcas - Uma análise bibliométrica em publicações brasileiras. **Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia (PMKT on-line)** São Paulo, v. 11, n. 2, p. 128-140, 2018.

GÓES, José Cristian. Os 20 anos da comunidade dos países de língua portuguesa na imprensa brasileira: discutindo as condições para uma *communitas* possível. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GOMES, Franklin. **Entenda as diferenças entre Registro de Marca e Pedido de Patente**. 2017. Disponível em: < <https://bit.ly/2WMxhQR> Acesso em: 03 set. 2018.

GUINÉ-BISSAU. Decreto nº 6/96, de 3 de março de 1997. **Decreto da Propriedade Industrial**. Disponível em: <https://bit.ly/2IPprAD>. Acesso em: 21. fev. 2019.

HESSE, Konrad. Conceito e peculiaridade da Constituição. Tradução: Inocêncio Mártires Coelho. HESSE, Konrad. **Temas Fundamentais do Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2009.

HIPPERT, M. A. S.; NAVEIRO, R. M. **Organização e representação do conhecimento**: um estudo aplicado aos documentos de gestão da qualidade. Ambiente construído, Porto Alegre, v.10, n.1, p.89-101, jan./mar.2010.

HAMERI-MBOTE, Patrícia. Intellectual Property Protection in Africa: An Assessment of the Status of Laws, Researcha and Policy Analysis on Intellectual PropertyRightsin Kenya. **International Environmental Law Research Cente**, 2005.

INPI – INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL. Decreto n 1.355 de 30 de dezembro de 1994 – Acordo sobre aspectos dos direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio (TRIPS). Disponível em: <https://bit.ly/2APVjEw>. Acesso em: 23 abr. 2019.

IVENTA internacional. INTA organiza Diálogo dedicado à proteção de Propriedade Intelectual em Timor-Leste. Disponível em: <<https://bit.ly/2RfkUvc>>. Acesso em: 23 abr. 2019.

KELLER, Luiz Henrique. **Gestão de marcas (*branding*) estudo exploratório e descritivo dos integrantes da rede paranaense de gestão em propriedade intelectual**. UFPR. Curitiba, 2014.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. 6. ed. Coimbra: Armênio Amado, 1984.

_____. **Teoria geral do direito e do Estado**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

LABRUNIE, Jacques. **Direito de patentes: condições legais de obtenção e nulidades**. Barueri: Manole, 2006.

LEAL, Roger Stiefelmann. A propriedade como direito fundamental: Breves notas introdutórias. Brasília, v. 49, n. 194, abr./jun. 2012.

LOCKE, John. **Segundo Tratado sobre o Governo Civil**. Petrópolis: Vozes. 2006

MARCONDES, C. H. Organização e representação do conhecimento científico em ambiente web: do formato textual linear aos artigos semânticos. Salvador: Editora Ponto de Acesso v.7, n.1, p.7-41, abr. 2013.

MARCHIORI, P. Z. Informação e conhecimento nos processos de tagging (marcação) de conteúdo colaborativo. TOMAÉL, M. I. (Org.). **Compartilhamento da informação**. Londrina: EDUEL, 2012.

MIRANDA, Pontes de. **Tratado de Direito Privado**, Tomo VII. Parte Especial, 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1974.

_____. **Tratado de direito privado**. 4. ed. v. 60. Tomo XVI. Parte Especial. São Paulo: RT, 1983.

MILLOT, V. Trademarks as an Indicator of Product and Marketing Innovations. **OECD Science, technology and Industry Working Papers**. 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/2lQfhjg>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

MOÇAMBIQUE. Decreto nº 47/2015 de 31 de Dezembro 2015. Decreto da Propriedade Industrial. Disponível em:< <https://bit.ly/2WM9Pb5>>. Acesso em: 21. Fev. 2019.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil**. V. 3., 31. ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

MOSSOFF, Adam. Exclusion and exclusive use in patent law. **Harvard Journal of Law & Technology**, v. 22, n. 2, 2009.

MUJALLI, Walter Brasil. **A Propriedade Industrial Nova Lei de Patentes**: Lei nº 9.279, de 14 de Maio de 1996. Leme: Editora de Direito, 1997.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro, PINHO, Ruy Rebello. **Instituições de Direito Público e Privado**. São Paulo: Atlas, 1988.

PAULSON, Stanley L. **La alternativa kantiana de Kelsen: una crítica**. Trad. José García Añón. Doxa, Alicante, n. 9, p. 173-187, 1991.

PELICIOI, Ângela Cristina. **A sentença normativa na jurisdição constitucional**. Brasília, v. 44, n. 174, abr./jun. 2007.

PEREIRA, Edmeire Cristina. **Propriedade intelectual e informação para indústria e negócios**: abordagem para NIT. Curitiba: UFPR, 2011.

PEREIRA, E. C. P.; BUFREM, L. S. & ZANON, M. J. **Patentes como ferramenta da gestão da informação e da inteligência competitiva**. Curitiba: APPI / TECPAR, 2004. Disponível em: <<https://bit.ly/2FbS3TZ>>. Acesso em: 14 mar. 2019.

PIMENTEL, L. O. **Direito Industrial: as funções do direito de patentes**. Porto Alegre: Síntese, 1999. 278 p.

_____. **Propriedade intelectual e universidade: aspectos legais**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005. 182 p.

PORTUGAL. Decreto-Lei n.º 110/2018, de 10 de Dezembro 2018. **Decreto-Lei da Propriedade Industrial**. Disponível em: <<https://bit.ly/2wXiQyC>> acesso em: 21. fev. 2019.

PRONER, C. **Propriedade intelectual e direitos humanos: Sistema internacional de patentes e direito ao desenvolvimento**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Ed., 2007. 416 p.

RODINEY, L.; SPARKS, J. D. Performing a Preliminary Assessment of Patentability for a New Invention: Guidelines For Non-Patent Lawyers. **International In-house Counsel Journal**, v. 2, n. 5, p. 816–827, 2008.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Decreto n.º 6/2004, de 30 de Junho de 2004. **Decreto da Propriedade Industrial**. Disponível em: < <https://bit.ly/2wYB0Ad> >. Acesso em: 21. Fev. 2019.

SOARES, José Carlos Tinoco – **Lei de Patentes, marcas e direitos conexos**. São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais, 1997.

TADDEI, Marcelo Gazzí. Marcas e patentes: os bens industriais no direito brasileiro. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, v. 15, n. 2426, 21 fev. 2010. Disponível em: < <https://bit.ly/2XfbLIK> >. Acesso em: 4 nov. 2018.

TARTUCE, T. J. A. **Métodos de pesquisa**. Fortaleza: UNICE Ensino Superior, 2006.

TEDESCHI, Marcos Antônio. O Direito Do Autor Nos Países De Língua Lusófonas: Primeiros Ensaio. **Anais do Conic-semesp**, Campinas, v. 1, n. 3, p.1-7. 2013. Disponível em: < <https://bit.ly/2MQRGV9> >. Acesso em: 20 ago. 18.

VANIN, Carlos Eduardo. **Propriedade Intelectual: conceito, evolução histórica e normativa, e sua importância**. 2016. Disponível em: < <https://duduhvanin.jusbrasil.com.br/artigos/407435408/propriedade-intelectual-conceito-evolucao-historica-e-normativa-e-sua-importancia> >. Acesso em: 16 jun. 2019.

VANSPAUWEN, Bart Paul. A importância de implementar uma noção de lusofonia na educação cultural e cívica em Portugal, argumentada por alguns músicos oriundos de países 'lusófonos' em Lisboa. **Anuário internacional de comunicação lusófona**. 2011

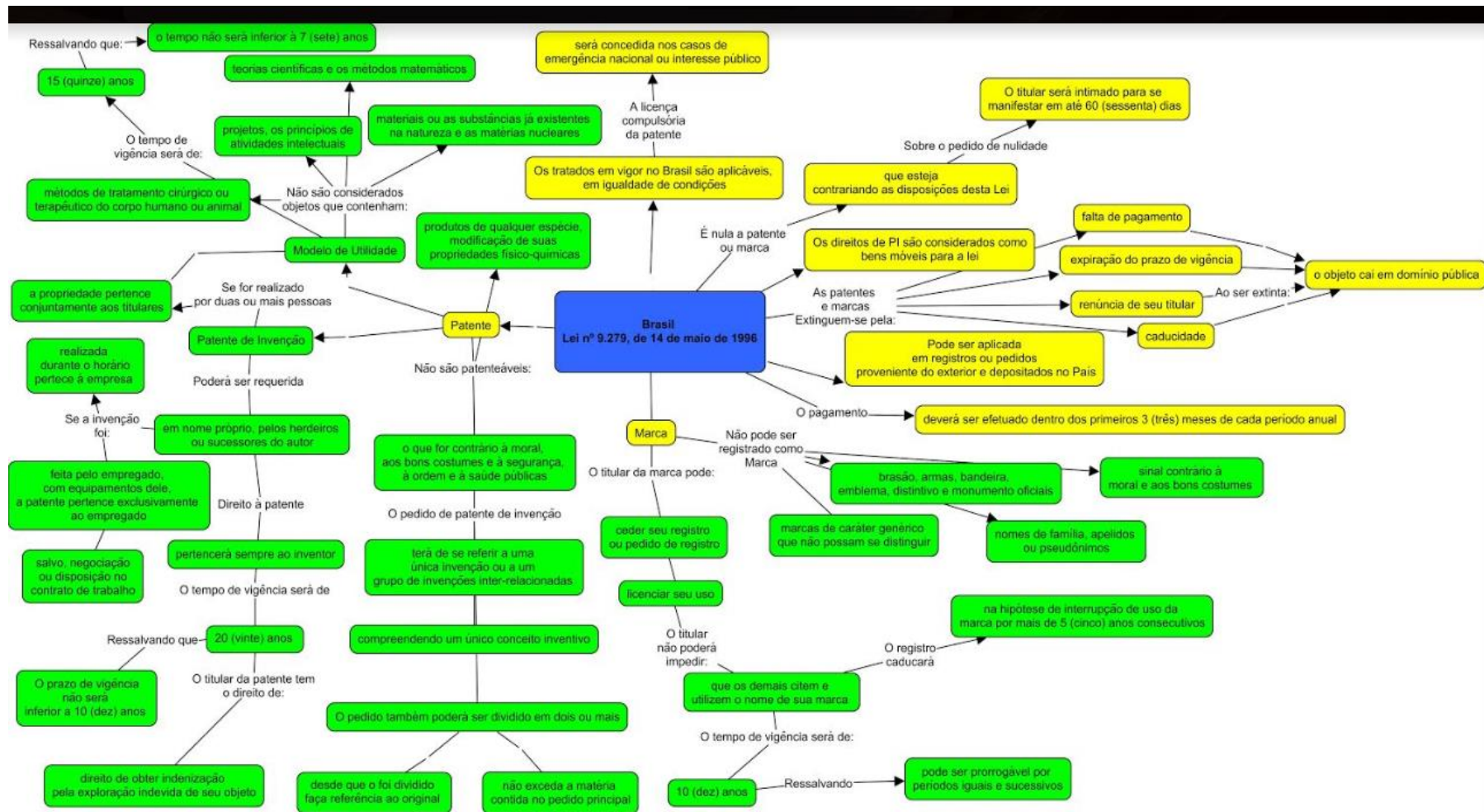
VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil (Direitos Reais)**, São Paulo: Atlas, 2001.

VIEIRA, A. C. P.; BUAINAIN, A. M. **Propriedade intelectual, biotecnologia e proteção de cultivares no âmbito agropecuário**. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp/FINEP, 2004.

VILLA, Marcos Antônio. **A história das constituições brasileiras**. Câmara Brasileira do Livro, SP, 2011.

WACHOWICZ, Marcos. **Direito da sociedade da informação & propriedade intelectual**. Curitiba: Juruá, 2012. 546 p.

APÊNDICE A – MAPA CONCEITUAL DAS LEGISLAÇÕES ESPECÍFICAS DE CADA PAÍS



Fonte: A autora (2019).